

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

LEANDRO QUEIROZ PEREIRA

ADOCIMENTO E AFASTAMENTOS DE PROFESSORES
DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
EM PATOS DE MINAS, MG: 2018 A 2019

Uberaba – MG

2020

LEANDRO QUEIROZ PEREIRA

**ADOCIMENTO E AFASTAMENTOS DE PROFESSORES DOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
EM PATOS DE MINAS, MG: 2018 A 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sálua Cecílio.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Profissional, Trabalho Docente e Processo de Ensino-Aprendizagem.

Uberaba – MG

2020

i

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

P414a Pereira, Leandro Queiroz.
Adoecimento e afastamentos de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Patos de Minas, MG: 2018 a 2019 / Leandro Queiroz Pereira. – Uberaba, 2020.
79 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Profissional, Trabalho Docente e Processo de Ensino-Aprendizagem. Orientadora: Profa. Dra. Sálua Cecílio.

1. Educação básica. 2. Trabalho docente. 3. Ensino fundamental. 4. Neoliberalismo. 5. Doenças profissionais. I. Cecílio, Sálua. II. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 370

Leandro Queiroz Pereira

ADOECIMENTO E AFASTAMENTOS DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL EM PATOS DE MINAS, MG: 2018 A 2019

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 11/03/2020

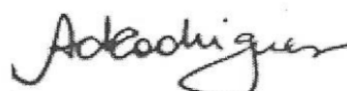
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Sálua Cecílio (Orientadora)
UNIUBE - Universidade de Uberaba.



Prof. Dr. Cílson César Fagiani
UNIUBE - Universidade de Uberaba



Prof.ª Dr.ª Adriana Rodrigues
UNIUBE - Universidade de Uberaba

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre importante! Principalmente quando reconhecemos que o conhecimento se constrói através da interação de várias pessoas e olhares. Por isso, agradeço a todos que me acompanharam nesta jornada e me ajudaram a ampliar “meus horizontes” sobre educação e saúde:

Ao Prof. Cílon César Fagiani e à Prof.^a Sálua Cecílio meus orientadores, pelos conselhos, aprendizados e sabedoria em suas palavras.

À Prof.^a Adriana Rodrigues pela paciência e carinho que teve comigo.

Aos meus colegas de mestrado que se tornaram amigos: Ester, Simone e Paula pelos momentos de alegria que passamos. Renato, Gustavo e Júlio pelas “discussões políticas”, quase guerras que tivemos antes das eleições de 2018.

Minha família, que sempre me ajudou em todos os momentos, em especial minha mãe Terezinha e minha vó Dona Lula.

Ao meu filho Lucas que me deu muita força para seguir em frente.

À minha namorada Camila, pelo apoio incondicional e pela paciência que teve nos meus momentos de estresse e de quase desistência.

Às minhas irmãs, que são a parte mais alegre da minha vida. Lara com sua ingenuidade quase travessa e Luciana pela responsabilidade que tem levado nossa família adiante.

À equipe Golfinho pelo apoio e confiança que todos tiveram comigo nesse período.

A Deus, a quem estive muito perto nesses dois anos.

E a todos professores do Programa de Pós-graduação em Educação-UNIUBE que contribuíram para minha formação.

Muito obrigado!

MEMORIAL

Desde criança sempre gostei muito de exercícios físicos e jogos. Jogava bola quase o dia todo, andava de bicicleta, corria com amigos, brincava na rua, enfim, tive uma infância privilegiada, se comparando com a atualidade.

Quando estava no ensino médio, decidi fazer Educação Física, mesmo após várias investidas do meu pai para que eu cursasse agronomia ou veterinária a fim de que eu fosse o seu gestor na fazenda. Prestei vários vestibulares em diferentes universidades e em diversas cidades.

Fui aprovado em Educação Física na Universidade Federal do Mato Grosso-Cuiabá em 2002, onde morei por 11 anos. Desde os primeiros períodos, decidi trabalhar na área, fiz vários estágios remunerados e não remunerados em academias e clubes. Apesar do cansaço extremo e da correria com os ensinamentos e com a prática, considero que tive um excelente aproveitamento das disciplinas, pois conciliava a teoria com a prática. Durante os quatro anos de faculdade fiz diversos cursos extracurriculares que foram essenciais para minha formação profissional.

Assim que terminei a faculdade, trabalhei bastante na área; como Personal Trainer, professor de ginástica em academia, atendi diversas pessoas, desde obesos, crianças, adolescentes, deficientes, gestantes e até atletas.

Mas, em 2013, tive que voltar a morar em Patos de Minas. E percebi que a realidade aqui era bem diferente da que estava acostumado e me senti muito desvalorizado profissionalmente. E depois de muito trabalho e dedicação, consegui ser sócio de uma renomada escola de Natação e ajudar pessoas a aumentar a qualidade de vida e autoestima. Ensinar crianças, adultos e idosos a se adaptar à água não é fácil!! Dar aulas e me conectar com a necessidade da pessoa é algo que me traz bastante reconhecimento e orgulho.

Foi quando comecei a pesquisar sobre outras áreas do conhecimento. Conversei com muito amigos que me abriram o pensamento para uma possível pós-graduação.

Após 12 anos de formado (atualmente 14), e bem mais maduro em 2018 decidi ingressar no Mestrado de Educação em uma cidade próxima (média 4 horas) a que eu resido, afim de melhorar significativamente o meu currículo e meus conhecimentos. Confesso que o mestrado em Educação não era o meu preferido, mas era o mais próximo e acessível

Os dois anos de mestrado foram um período de grande amadurecimento, aprendizado, desespero e principalmente de dificuldades. Principalmente pelo tempo que fiquei sem estudar (exceto pelos eventos, cursos de aperfeiçoamento na profissão que não se comparam com a

dificuldade de um mestrado), admito que nunca imaginei que eu fosse ter tantas dificuldades, em entender o que de fato os teóricos queriam dizer (leituras muito densas), que para mim foi bem difícil absorver e entender em tão pouco tempo.

Desde o início, inclusive na entrevista do mestrado, sempre explanei o meu interesse primordial, que é a saúde das pessoas. Dentro de várias conversas com a secretária de educação de Patos de Minas, eu tive acesso a um *software* que fornece dados referente ao afastamento dos servidores da prefeitura (o que me interessava eram os professores), e como o prazo já estava correndo, o meu orientador (no primeiro ano, foi o Cílson) me orientou que tais dados dariam um trabalho-pesquisa.

Eu tinha os dados e não a teoria. Senti como se eu estivesse começando pelo fim, foi muito difícil encontrar os autores que conversassem sobre tal assunto e absorver tais pensamentos, visto que os autores eram inéditos para mim, até o ingresso no mestrado.

No segundo ano do mestrado, tive que trocar de orientador, visto que o orientador que me ajudava fora transferido para Uberlândia, tendo que me readaptar com a nova orientadora, e por sorte tive a oportunidade de ser orientado por dois excelentes profissionais. Com o mestrado tive a oportunidade de participar de apresentações de trabalho, participar de grupo de pesquisa, de ler mais, de conhecer mais, principalmente vários posicionamentos e pensamentos. E digo que foi o maior desafio da minha vida, pois não nunca tinha pensado em fazer mestrado, e enfrentar esse programa tão qualificado foi sem dúvida uma dificuldade ainda maior.

Mas, hoje me sinto muito mais capaz para enfrentar maiores adversidades, e preparado para um futuro dentro de uma universidade transmitindo conhecimento e experiência que tenho na área da Educação Física.

“O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”

(Karl Marx, 2011)

RESUMO

O trabalho é para o homem o principal meio de subsistência, sobretudo, nas sociedades altamente capitalistas. No mundo contemporâneo, a transformação do modelo fordista para o pós-fordista trouxe grandes mudanças na organização do trabalho, as quais afetaram também a profissionalização do trabalho docente, o que acarretou modificações também na educação brasileira. O neoliberalismo desenvolvido nas últimas décadas flexibilizou os processos de trabalho, os mercados de trabalho, os produtos e padrões de consumo, bem como o aparecimento de alta inovação comercial, tecnológica e organizacional. O fortalecimento do sistema capitalista ocasionou a redução significativa do papel do Estado nas políticas sociais, inclusive na educação pública. No Brasil, as mudanças a partir do pensamento neoliberal têm exigido uma revisão dos modelos de formação e profissionalização do professor, de modo que novos perfis profissionais viessem atender a esse novo contexto. Diante desse quadro de reestruturação e das finalidades que se instalaram nele, aparecem fatores que podem resultar no adoecimento dos profissionais docentes, conforme tem pontuado documentos nacionais e internacionais sobre a relação do trabalho e o processo saúde/doença. Contudo, desencadeou-se um processo de precarização no ambiente de trabalho do docente e na desvalorização do professor. O objetivo principal deste estudo é abordar a precarização e os enfrentamentos da prática docente, sob o impacto do capitalismo e suas influências na saúde física e mental dos professores, buscando compreender os principais fatores causadores do seu adoecimento e afastamento do trabalho, o que, por sua vez, não deixa de afetar também o processo ensino-aprendizagem. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental com a proposta de identificar o número de afastamentos de professores, bem como a descrição desses casos, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino de Patos de Minas/MG, considerando o ano de 2018 e 2019. Ademais, buscou-se uma conclusão sobre as possíveis causas desses problemas, contribuindo para uma possível solução, ainda que local, para a melhoria do trabalho docente e da qualidade dos professores. Estudar o contexto do trabalho docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando compreender o ambiente de trabalho e as causas do adoecimento do professor dos anos iniciais da Educação Básica é importante porque vem subsidiar a Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas-MG, para que possa implementar políticas voltadas à solução a um problema que é recorrente nas escolas municipais. Diante da pesquisa, observou-se que é relevante a manutenção da saúde do professor, uma vez que é mediador na oferta do ensino e na construção do aluno como sujeito de mudanças sociais, além de constatar que o excesso de trabalho, a falta de valorização profissional, ausência de apoio pedagógico, entre outros, são fatores que têm ocasionado o estresse, o transtorno do pânico, transtorno de ansiedade, episódios de depressão sem sintomas psicóticos, mal-estar e a fadiga dos professores dos anos iniciais da Educação Básica, na rede municipal de ensino de Patos de Minas-MG, inclusive com custos financeiros elevados para os cofres públicos.

Palavras-chave: Educação Básica. Ensino Fundamental. Trabalho docente. Adoecimento docente. Neoliberalismo.

ABSTRACT

Work is for man the main means of subsistence, especially in highly capitalist societies. In the contemporary world, the transformation of the Fordist model to the post-fordist brought great changes in the organization of work, which also affected the professionalization of teaching work, which also resulted in changes in Brazilian education. Neoliberalism developed in recent decades eased work processes, labor markets, products and consumption patterns, as well as the emergence of high commercial, technological and organizational innovation. The strengthening of the capitalist system led to the significant reduction of the state's role in social policies, including public education. In Brazil, changes in capitalism from neoliberal thought have required a review of the teacher's training and professionalization models, so that new professional profiles would meet this new context. Given this restructuring framework and the purposes that have been set in it, factors appear that may result in the illness of teaching professionals, as has scored national and international documents on the relationship of work and the health/disease process. However, a process of precariousness was triggered in the teaching environment and the devaluation of the teacher. The main objective of this study is to address the precariousness and confrontations of teaching practice, under the impact of capitalism and its influences on the physical and mental health of teachers, seeking to understand the main factors causing their illness and absence from work, which, in turn, does not fail to affect the teaching practice, under the impact of capitalism and its influences on the physical and mental health of teachers, seeking to understand the main factors causing their illness and absence from work, which, in turn, does not fail to affect the teaching-learning process as well. Therefore, a documentary research was conducted with the proposal to identify the number of teacher clearances, as well as the description of these cases, in the initial years of elementary school, of the municipal school network of Patos de Minas-MG, considering the year 2018 until the first half of 2019. Moreover, a conclusion was sought on the possible causes of these problems, contributing to a possible solution, even if local, to improve teaching work and teacher quality. Studying the context of teaching work in the early years of elementary school, seeking to understand the work environment and the causes of the teacher's illness from the early years of Basic Education is important because it is to support the Municipal Department of Patos Education of Minas Gerais/MG, so that it can implement policies aimed at solving a problem that is recurrent in municipal schools. In view of the research, it was observed that the teacher's health maintenance, since it is a mediator in the teaching offer and in the construction of the student as a subject of social changes, besides noting that overwork, lack of professional valorization, absence of pedagogical support, among others, are factors that have caused stress, panic disorder, anxiety disorder, episodes of depression without psychotic symptoms, malaise and fatigue of teachers in the early years of Basic Education, in the municipal education network of Patos de Minas -MG, including with high financial costs for public coffers.

Keywords: Basic Education. Elementary school. Teaching work. Teacher illness. Neoliberalism.

LISTA DE SIGLAS

CID	Classificação Internacional de Doenças
CNDSS	Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NPG	Nova Gestão Pública
NEPESP	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i> (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)
PSFIST	Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1 - Características: profissionalismo antigo e novo profissionalismo.....	37
Figura 1 – Modelo de Determinação Social de Saúde.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho e a referência da CID	58
Tabela 2 – Doenças ocupacionais dos professores, em 2018 e a referência da CID	59
Tabela 3 – Doenças ocupacionais dos professores, em 2019 e a referência da CID	60
Tabela 4 – Identificação da quantidade de docentes afastados em 2018.....	62
Tabela 5 – Identificação da quantidade de docentes afastados em 2019.....	65
Tabela 6 – Locais de ocorrências n°. de atestados e dias de afastamentos, em 2018	66
Tabela 7 – Locais de ocorrências n°. de atestados e dias de afastamentos, em 2019	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAPITALISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO	21
1.1 Trabalho docente no século XXI e no Brasil	26
2 TRABALHO E PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DE PROFESSORES: UMA RELAÇÃO EM ANÁLISE	41
2.1 Processo saúde-doença: unicausalidade e multicausalidade	45
2.2 Trabalho, subjetividade e saúde mental	47
2.2.1 Trabalho e subjetividade	48
2.2.2. Prazer e sofrimento	50
3 ADOECIMENTOS E AFASTAMENTOS DE PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE PATOS DE MINAS, MG, DE 2018-2019	55
3.1 A pesquisa: características, natureza e fundamentos	55
3.2 Procedimentos	56
3.3 Dados documentais em análise	57
3.3.1 Afastamentos de docentes	61
3.3.2 Locais, número, dias e custos de afastamentos, em 2018 e 2019	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE	80

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o trabalho tem ocupado um espaço muito significativo nas nossas vidas, pois passamos grande parte dos dias trabalhando dentro ou fora das organizações. Assim, o trabalho tem tomado nosso tempo e feito-nos, cada vez mais, disponibilizar de uma dedicação maior ao que fazemos.

A transformação do modelo fordista para o pós-fordista ocasionou alterações no mundo do trabalho e, conseqüentemente, afetou também a profissionalização do trabalho docente. Isso acarretou inclusive modificações na prática docente brasileira, havendo urgência em sinalizar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, para assim compreender o contexto contemporâneo vivenciado pelos professores.

Nas últimas décadas, vivenciamos diversas modificações, como os avanços tecnológicos, a globalização, a competitividade dos mercados, entre outras, que foram intensificadas pelo desenvolvimento do neoliberalismo, o qual tem flexibilizado as relações do trabalho. Essas modificações aconteceram na forma de “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” e “caracterizam-se pelo surgimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2010, p. 140), que têm contribuído para o chamado capitalismo em sua fase de acumulação flexível. Tal quadro atinge e, modifica a atividade docente, uma vez que com o fortalecimento do sistema capitalista, reduziu-se significativamente o papel do Estado nas políticas sociais, inclusive na educação.

Segundo Scherer (2019), no Brasil, as mudanças ocorridas no capitalismo a partir do pensamento neoliberal têm exigido uma revisão dos modelos de formação e profissionalização do magistério, de modo que fossem desenvolvidos novos perfis profissionais para que pudessem atender o que está sendo exigido nesse novo contexto. Diante desse quadro de reestruturação e das finalidades a ele vinculadas, surgem fatores que podem culminar no adoecimento dos docentes, conforme têm demonstrado documentos nacionais e internacionais acerca da relação trabalho e processo saúde-doença.

O presente estudo tem como finalidade abordar a precarização e os enfrentamentos do trabalho docente, sob o impacto do capitalismo e suas influências na saúde física e mental dos professores, buscando compreender as principais causas que lhes ocasionam o adoecimento e o afastamento do trabalho, visto que esses problemas podem acarretar muitos danos ao processo ensino-aprendizagem, bem como ao próprio docente. Ademais, visa ainda buscar uma

conclusão clara sobre as possíveis causas desses problemas, podendo, inclusive, posteriormente contribuir na busca de soluções, ainda que locais, quanto à satisfação no trabalho docente e à melhoria da qualidade de vida dos professores.

O trabalho pode ser experimentado e visto pelas pessoas tanto pelo lado positivo quanto pelo negativo. Algumas pessoas adoram o trabalho que executam, gostam e sentem-se bem ao acordar todos os dias e ir para o local de trabalho, ou seja, gostam do que fazem e tem prazer em realizarem sua atividade laboral. Por outro lado, há pessoas que vêm o trabalho como um fardo, uma atividade que impacta negativamente no seu cotidiano, podendo trazer-lhes abalos na saúde e/ou adoecimento.

O trabalho pode ser definido como uma disposição física ou intelectual do indivíduo em dispor do seu tempo, técnica e conhecimento voltados à produção de bens (materiais ou imateriais), que contribuem, assim, para a reprodução da vida humana, individual e social (BRASIL, 2018). É uma atividade humana com a finalidade de obter a subsistência do indivíduo ou do grupo ao qual pertence. Numa visão simplista, o trabalho é uma obrigação, esforço ou castigo, mas um meio de dignificar o ser humano, construir sua identidade pessoal e social como sujeito trabalhador e, ao mesmo tempo, um instrumento de sua alienação ao capital (PAULA; MORAES, 2019).

A força de trabalho é um fator determinante de saúde e bem-estar dos trabalhadores. Contribui para gerar renda e viabilizar as condições materiais necessárias para a vida, apresenta uma dimensão humanizadora e permite a inclusão social daquele que trabalha, beneficiando a constituição de redes sociais de apoio, relevantes para a saúde. Assim, pode “ter um efeito protetor, ser promotor de saúde, mas também pode causar mal-estar, sofrimento e adoecimento aos trabalhadores” (BRASIL, 2018, p.16). Nessa direção, muitos estudos podem ser destacados acerca do adoecimento quanto à prática docente.

A respeito do adoecimento de professores, Soldatelli (2011) apresenta um estudo que traz a análise do processo de adoecimento dos professores do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino de Florianópolis/SC, e sobre as possibilidades de resistência a esse processo. Fundamentada em documentos sindicais e questionários respondidos pelos docentes, essa autora mostra a preocupação dos pesquisadores, sindicatos e dos próprios professores quanto ao crescente índice de afastamentos, devido às relações e condições de trabalho dos docentes, tidas como uma das maiores causas no processo de adoecimento. Entre as formas de adoecimento, destacam-se os transtornos mentais e comportamentais. É percebido ainda que ações de defesa são colocadas em prática para amenizar o sofrimento procedente do trabalho, além de ações de resistência constituídas no próprio ambiente de trabalho ou por meio do

sindicato, visando intervir nos elementos ocasionadores do sofrimento, que, por sua vez, serão vistos no decorrer da pesquisa.

No Brasil, a adoção das diferentes tecnologias e métodos gerenciais tem promovido a intensificação do trabalho que, associada à instabilidade no emprego, modificou o perfil de adoecimento e sofrimento dos trabalhadores, evidenciando-se pelo aumento da prevalência de doenças associadas à prática laboral, como os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e o aparecimento do estresse e da fadiga física e mental, dentre outras manifestações de sofrimento pertinentes à insatisfação no trabalho. Tratam-se de fenômenos que requerem pesquisas e conhecimento para que se proponha sugestões efetivas de intervenção (BRASIL, 2001, p.19).

Lamentavelmente, nossa sociedade tem a concepção de que é natural o adoecimento dos professores. Fundamenta-se na ideia de que o ato de adoecer é um processo ligado a condições históricas e sociais pelas quais a prática docente é afetada. De certo, como qualquer outro labor, a prática docente pode sim ter relações com qualquer tipo de doença ocasionado pelo mesmo.

As transformações, pelas quais tem passado o trabalho docente, tendem a desencadear um processo de precarização, como o ambiente de trabalho, a desvalorização do profissional, a falta de auxílio das famílias dos discentes, etc., e, por consequência, implicações à saúde do docente. Boas condições de trabalho são imprescindíveis para que o docente possa cumprir sua função, de maneira a beneficiar a aprendizagem dos alunos e, simultaneamente, contribuir ao seu desenvolvimento profissional. As “condições de trabalho docente” podem ser compreendidas como o conjunto de recursos que permite a realização do trabalho e abrange aspectos, como a infraestrutura adequada da instituição, materiais didáticos disponíveis, os serviços de apoio, isto é, situações imperiosas para que o trabalho seja realizado e possa se desenvolver de forma concreta e materializar-se efetivamente (SILVA *et al.*, 2019)

As condições de trabalho do professor constituem um tema muito abordado no âmbito da educação, visando a melhoria do ensino. Compreender as relações estabelecidas no ambiente escolar e na organização do trabalho docente, assim como as situações vivenciadas pelos professores dentro e fora das escolas, requer uma intervenção ainda maior do que meramente o levantamento do adoecimento e afastamento docente.

É fato que essas situações afetam o processo ensino-aprendizagem. Entre essas determinantes que repercutem em mudanças profundas na natureza do trabalho docente, pode-se pontuar que não estão relacionadas apenas à prática dentro da escola, mas também às reformas educacionais que surgiram nas últimas décadas. Novas questões foram inseridas no

trabalho docente, tais como a flexibilização do trabalho e precarização das relações de emprego e trabalho, a desvalorização e desqualificação da força de trabalho, a desprofissionalização e proletarianização do magistério, bem como falta de estrutura física, ambiente adequado de trabalho e outros. Ademais, o docente, em muitos casos, ainda está submetido a outros fatores, como as imposições administrativas educacionais, as autoridades políticas, restrições impostas pelas políticas educacionais, fabricantes de livros didáticos e outros materiais escolares, os quais causam tensões no ambiente de trabalho do professor.

Nos dizeres de Martins, Araújo e Vieira (2019) o trabalho docente não é uma tarefa que adoeça as pessoas naturalmente, porém, se não houver autonomia, caso os educadores não mantenham o controle sobre seu trabalho, emerge um exagero de afazeres burocráticos e uma grande demanda psicológica que se transformam em condições precárias e dificultam o cuidado com a saúde, levando ao adoecimento e uso de remédios, além de serem indicadores de sofrimento, sinalizando a necessidade da adoção de medidas protetoras e promotoras da saúde dos docentes.

As condições de trabalho podem influenciar na eficiência do trabalho dos professores, afetando, assim, a qualidade do ensino, além de outras atividades funcionais e a própria vida pessoal, individual ou coletiva, ou seja, o docente que está insatisfeito e com o seu bem-estar comprometido não consegue, em muitos casos, disponibilizar de uma prática satisfatória e promissora do ensino-aprendizagem proposto às aulas, podendo ser vítima de cobranças internas e outras situações que venham prejudicar a si próprio, bem como indiretamente aos alunos.

Certas mudanças podem ser realizadas na prática pelo corpo docente e gestores escolares, mas, para haver efetivamente resultados satisfatórios, as estratégias para que essas demandas ocorram necessitam de ações governamentais, as quais costumam ser morosas e difíceis de serem colocadas em práticas, como melhores condições de trabalho, mais material didático, auxílio de tecnologias nas aulas, maior participação da família nas escolas, etc. Fatores que acabam por ocasionar inúmeros problemas no cotidiano docente, uma vez que dificulta o trabalho do professor e coloca-o em situação de riscos à própria saúde.

De outra maneira, a problemática do mal-estar, sofrimento e adoecimento docente, atrelada à condição de trabalho de professores da educação básica e às formas de ser/estar na profissão e à cultura do magistério pode demonstrar histórias da docência caracterizadas pela vocação e socialização profissional, cujas dimensões históricas, sociais e culturais do trabalho docente podem intervir nas formas coletivas de se apropriar da prática e cuidar da saúde, o que acabam por provocar o adoecimento do profissional.

Por isso, é relevante o incentivo nos mais variados aspectos, como melhor remuneração, melhoria no ambiente de trabalho, mais material didático, maior apoio pedagógico da própria escola, a participação familiar do discente etc., para que o professor exerça sua prática com competência e sem riscos à saúde, tanto física quanto mental, podendo assim atingir a qualidade tão demandada atualmente na educação brasileira. É fato que, no Brasil, os professores são pouco valorizados, sem muitos incentivos e condições de trabalho para que possam propor uma educação mais significativa e humanizada nas escolas do país.

Escolhemos desenvolver a pesquisa nas escolas públicas por acreditar que a educação de qualidade é direito de todos, sendo imprescindível um olhar mais profundo e analítico sobre as condições em que trabalham os profissionais nas escolas brasileiras, sabendo-se que, como nas demais profissões, os docentes demandam por valorização, boas condições de trabalho, respeito profissional, uma vez que assume a importante tarefa de construir o cidadão e, num aspecto mais amplo, melhorar a sociedade, o que requer uma educação com mais qualidade e comprometimento por parte desses profissionais (SILVA, 2019).

Entre os fatores que comprometem a saúde docente, Penteadó e Souza Neto (2019) nos apresenta um estudo que traz a concepção que abrange principalmente doenças advindas de transtornos mentais e comportamentais, tais como a ansiedade, depressão, estresse e exaustão emocional. Assim, tornou-se um desafio refletir sobre corpo/saúde/bem-estar na esfera da cultura ocupacional docente, ou seja, a cultura aprendida e recriada já pelos professores, enquanto elementos substanciais ao desenvolvimento profissional e ao projeto de profissionalização docente.

Diante do quadro apresentado anteriormente, avistou-se a necessidade de pesquisas que desenhassem as condições dos professores diante dos problemas que vêm afetando sua prática e sua saúde ocupacional, de modo a contribuir para a criação de soluções ao problema e melhoria na qualidade de vida dos docentes no ambiente de trabalho. Com base nessas premissas, este estudo foi desenvolvido nas escolas da rede municipal de Patos de Minas, em Minas Gerais, através de uma pesquisa documental, de abordagem quantitativo-qualitativa, a fim de responder à seguinte questão: neste Município, no ano decorrente de 2018 até o final do ano de 2019, quantos casos foram identificados de afastamentos de professores nas séries iniciais do Ensino Fundamental associados a qualquer forma de enfermidade relacionada ao trabalho docente e a descrição desses casos de acordo com a amostragem levantada?

Nesta pesquisa, considerou-se o pressuposto de que há casos de afastamentos por adoecimentos, ocasionados pelas condições de trabalho de docentes do ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental.

O objetivo geral deste estudo foi identificar a relação entre as condições de trabalho e o adoecimento docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de Patos de Minas – MG, fazendo a análise dos principais efeitos do capitalismo na prática docente e sua repercussão na saúde dos professores. Em específico, os objetivos se deram em descrever as principais transformações do capitalismo em sua fase de acumulação flexível e suas relações com o trabalho docente nas primeiras décadas do século XXI; compreender a relação trabalho docente e processo saúde-doença dos professores das séries iniciais do ensino fundamental; e, por fim, mapear os casos de afastamentos ocasionados pelo trabalho de professores municipais de ensino das séries iniciais do ensino fundamental no município de Patos de Minas (MG).

A educação é provida de grande relevância nacional em razão de especialmente oferecer significativa contribuição para formação de cidadãos críticos e competentes, capazes de exercer a cidadania no ambiente em que se encontram inseridos, podendo, assim, trazer mudanças importantes ao seu desenvolvimento social. Por isso, a necessidade de se empreender estudos e pesquisas nesta área, uma vez que quanto mais se aprofunda no conhecimento dessa realidade mais viável se torna o planejamento de política públicas educacionais e medidas preventivas eficazes à manutenção da saúde dos professores nas escolas públicas brasileiras.

De acordo com a Revista Nova Escola (2019), uma pesquisa *online* foi realizada em 2018, envolvendo mais de cinco mil educadores e objetivando reunir precisamente informações sobre as causas dos afastamentos dos professores, a qual permitiu identificar que 66% dos professores se afastaram do trabalho por questões de saúde, sendo as causas mais comuns a ansiedade, o estresse, dores de cabeça e insônia. Entre os participantes da pesquisa, 87% apontaram que os problemas dos afastamentos foram ocasionados ou intensificados pelo trabalho docente.

A Secretaria de Educação de Patos de Minas, que ajudou a viabilizar essa presente pesquisa, espera que essa dissertação ofereça oportunidades de análises referentes aos problemas relevantes que compõem o cotidiano dos professores no ambiente escolar, podendo, inclusive a partir daí propor mudanças hábeis a criar condições de trabalho mais favoráveis à saúde dos docentes.

Há necessidade de promover ações políticas em nível micro e macro capazes de melhorar as relações corpo/saúde/bem-estar no trabalho docente. Torna-se imprescindível haver políticas capazes de proteger a saúde e prevenir o mal-estar no trabalho, pois, o sofrimento e as diferentes doenças mentais e comportamentais vêm fazendo os docentes se afastarem das salas de aulas no contexto onde fora realizado a pesquisa.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica ainda pela oportunidade de se refletir a respeito da necessidade de os responsáveis pela educação (gestores escolares e Secretaria Municipal de Educação) atentarem ao problema dos afastamentos e a importância da valorização dos professores, que tomam para si a responsabilidade de alfabetizar crianças oriundas de diversos contextos, cujo processo é complexo e requer boas condições físicas e psíquicas para ser conduzido com competência e muita atenção à individualidade delas. Apesar dessa necessidade, avista-se que nem sempre este profissional recebe o devido tratamento e respeito ao seu trabalho, o que lhe é de direito pelos seus gestores, município e sociedade de modo geral.

Essa pesquisa está dividida em três seções: a primeira aborda sobre as mudanças que o capitalismo impôs ao mercado de trabalho sobretudo, na prática docente das séries iniciais do Ensino Fundamental. Na segunda seção, é identificada a relação saúde/doença na vida dos docentes, bem como a descrição das causas e problemas que afetam a saúde desses profissionais. Por fim, a última seção traz a discussão da pesquisa documental, descrevendo sua contextualização, os dados coletados e apresentados em tabelas, resultados e discussão, bem como nossas considerações finais.

1 - CAPITALISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Nesta seção, abordamos as influências do capitalismo na qualidade do trabalho e de vida do professor, bem como seus reflexos na educação oferecida à sociedade baseada nesse modelo econômico. O objetivo é oferecer uma compreensão mais ampla sobre a relação entre o capital e o trabalho, determinada pelas mudanças de produção e a interferência dessa relação na qualidade da educação das crianças brasileiras e na saúde dos docentes.

A historicidade sobre o trabalho, o capitalismo e a educação é de extrema importância para o entendimento da atualidade e ajuda-nos na compreensão de como esse sistema econômico interfere diretamente na vida dos docentes e na prática escolar. As relações recíprocas existentes entre a educação e a sociedade capitalista têm caracterizado os paradigmas de sustentação das práticas pedagógicas vigentes nas escolas, nas últimas décadas. Diante dos avanços do sistema produtivo, o conhecimento tomou dimensões importantes ao desenvolvimento econômico, político e social, exigindo repensar criticamente o papel social da educação e as mudanças advindas de uma sociedade globalizada e de contextos diferenciados do que se vinha propondo na educação escolar.

No entendimento de Marx (2011), o trabalho constitui o ser humano e, através dele, é feita a mediação entre o homem e a natureza. Dessa mediação decorre o processo de formação humana. Na obra marxiana “O capital”, o homem é definido por sua capacidade de realizar trabalho como meio de se conquistar certas necessidades de movimento em face da natureza, colocando-a a seu serviço e conseguindo modificar o meio ambiente onde vive e si mesmo, diferentemente dos animais, que se adaptam ao meio que vivem. Nesse sentido, pode-se explicitar:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam homem e natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...]. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeças e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. [...]. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir a colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2011, p. 211-212).

Numa visão mais simples, pode-se inferir que o trabalho está relacionado ao intercâmbio da ação humana e a natureza. Destacamos que, no pensamento marxista, a natureza é uma estrutura natural a ser empregada pelo homem, servindo-lhe de meio de sobrevivência pela força de trabalho nela empregado. A natureza é a base necessária à objetivação do trabalho e da vida do indivíduo, isto é, ela é humanizada pelo ser social.

No posicionamento de Marx (2011), o homem é um ser com capacidade de pensar, portanto, deve produzir a sua própria vida, aprendendo a fazê-la para que assim ele construa a própria existência. Assim, a existência humana vem do trabalho, que, por sua vez, é agir sobre a natureza, a realidade onde está inserido o ser, transformando-a em prol dos seus objetivos de viver, das suas necessidades individuais e sociais. O trabalho é a atividade sobre a qual o indivíduo emprega sua força para produzir os meios de se sustentar, instituindo-se, nessa relação, a proximidade entre produção/produto/consumo.

Para atender as necessidades produtivas, a sociedade está em constante evolução e modificações, por tal, vivenciamos o modo de produção capitalista materializado após dois grandes acontecimentos revolucionários. Primeiro, a Revolução Industrial, ocorrida na Europa, entre 1760 a 1850, e, depois, a Revolução Francesa, que mudou significativamente o rumo da sociedade quanto à perspectiva trabalho, homem e capital, onde, segundo Kuenzer (1998), com o advento do capitalismo e seus novos modos de produção, o trabalho sofreu modificações para se adequar as novas necessidades da sociedade.

Tal período de acontecimentos revolucionários foi marcado pela substituição do trabalho artesanal pela produção industrial, devido uma grande parte dos camponeses da época, a fim de se manterem e nutrirem as famílias, tiveram que deixar o trabalho artesanal para laborar nas indústrias e, desse modo, venderem sua força de trabalho.

Para Marx (2011), o trabalho deixou de ser condição básica e fundamental de toda a vida humana para se converter em mais valia, visto que o trabalhador deixou de produzir para si próprio e passou a produzir a favor do capital. Na concepção desse autor, a força de trabalho passou a ser a mais relevante das forças produtivas, sendo a compra e venda dessa força a base do capitalismo industrial.

Dessa forma, a consolidação do capitalismo só se completou com o surgimento da produção mecânica, onde quem “mandava” eram as máquinas. Com o aprimoramento das técnicas de produção capitalista, exigiu-se do trabalhador mais trabalho, que deveria ser realizado no menor tempo possível, quando passou a ser exposto a condições que não atendiam às suas necessidades mínimas de sobrevivência, além de receber um salário ínfimo como troca

da mão-de-obra. As condições de trabalho eram extremamente precárias, extensas, perigosas e, em muitos casos, insalubres, acarretando assim grandes danos à saúde do trabalhador.

Com o desenvolvimento da cidade e da industrialização, tornou-se necessário à produção que os cidadãos fossem educados para essa nova realidade, emergindo, com isso, o acesso às escolas, uma vez que o modo de produção ora em voga demandava por cidadão alfabetizado. Desse modo, o Estado assumiu a responsabilidade quanto à formação dos trabalhadores, que não podiam arcar com sua formação escolar, a qual acontecia apenas em espaços informais, mas que, a partir daquele momento, passou a ocorrer em instituições escolares sem restrições. As escolas eram diretamente subordinadas às fábricas e à produção, com a clara evidência de formar o aluno para ser um trabalhador produtivo.

Na concepção de Enguita (1989), algumas profissões ainda gozavam de liberdade e controle sobre sua prática de trabalho, sendo o professor pertencente a um desses grupos. Quanto mais crescia a industrialização, mais era demandada a mão-de-obra. Na medida em que aumentava essa demanda, mais crescia a necessidade da alfabetização de mais trabalhadores para atender a esse crescimento e, com isso, instituindo-se mais escolas sob esse fim. Observa-se que as escolas tinham o papel de propor uma educação mediadora da nova ordem social, cuja configuração era o modo de produção capitalista.

Convém explicitar que, diante do atual estágio da industrialização e o desenvolvimento dos sistemas automáticos (*softwares*, computadores atuando na linha de produção industrial, etc.) e da mecatrônica (produtora das automações), a classe trabalhadora está sujeita a transformação na organização e nas relações do trabalho.

Tendo em vista a industrialização, as escolas deviam vislumbrar uma educação popular de massa, com objetivo claro de atender a demanda da mão-de-obra, com a geração das qualidades básicas de pontualidade, precisão, obediência, ensinando o menor conhecimento possível e submetidas ao olhar vigilante do professor. Por outro lado, instituía-se a escola que propagava o ensino à classe dominadora, cujo princípio era reger o crescimento industrial por meio da alienação do trabalho. Nesse universo, o professor se vê como figura importante na função da transformação social do sujeito histórico, cuja participação havia relevância à ruptura, desconstrução e construção e emancipação do sujeito diante da alienação ora imposta por uma nova ordem social: a alienação ao trabalho (ENGUITA, 1989).

Considerando a propagação da nova ordem social voltada à industrialização ora em crescimento no país, Enguita (p. 16-17) evidencia:

A nova forma de produção capitalista que constituiu o trabalhador assalariado - representa a passagem da independência à dependência, ou seja, da produção completa do produto para a construção fragmentada dele, na qual o trabalhador está alheio e insignificante.

De tal forma, se antes o trabalhador tinha autonomia sobre seu trabalho, agora quem o controlava era a indústria e a classe burguesa. Portanto, caso não o quisesse, não teria os recursos necessários para sua sobrevivência. E, nesse universo, as escolas tinham o papel de difundir essa nova ordem social, sendo importante destacar que havia dois modelos de educação: a educação dos pobres e trabalhadores e a educação da classe dominante.

No mercado capitalista, o trabalhador é “livre” para vender a força de trabalho, que é negociada como mercadoria pelo capital. Nesse cenário, a mercantilização cria um trabalho alienado, que produz mercadorias geradoras do retorno monetário ao capital, criando um poder de dominação de classe, transformando o trabalhador apenas em força de trabalho, desumanizando-o e tornando-o em “coisa de uso”, tal como uma máquina. Contudo, os interesses do capital e do trabalhador são antagônicos e interdependentes, uma vez que o capital visa aumentar os lucros pela intensificação e desvalorização do trabalho, ao passo que os trabalhadores se organizam em prol da melhoria de salários e diminuição das horas e intensidade laboral.

A relação contraditória entre capital e trabalho é regulada pelo poder financeiro, político e social, que mantêm essa estrutura de produção e reprodução do trabalho. Todavia, os desdobramentos da crise, no ano de 2008, evidenciaram a ambição política de suplantar a dominação do capital sobre o trabalho. Grande parte do que o trabalho produz é apropriada de volta por corporações do mercado especulativo, impostos e juros bancários (HARVEY, 2016).

Enquanto crescia os interesses capitalistas por meio das grandes corporações e do mercado mundial, desenvolvia-se também novas ideologias no contexto educacional, embora sob domínio do Estado e voltado ainda ao trabalho alienado. Nesse cenário, as escolas iam se transformando, porém, ainda atreladas à dominação de classes sociais com grande poder financeiro. Mesmo com o aumento do número de escolas, era observado uma certa hierarquização dentro delas, cujo princípio era reduzir a autonomia do professor e colocá-lo no papel de propagador de uma educação dual: educar um grupo para servir e outro para mandar. Assistia-se, nesse momento, uma educação com fins apropriados à geração de trabalhadores, ao indivíduo preparado para atender ao mercado de trabalho e não sujeito ativo às mudanças sociais. Ao longo dos anos, a exploração da força do trabalho nas organizações humanas levou à construção de diversas relações sociais.

Diante de tais mudanças, é muito importante analisar o impacto do regime de acumulação flexível na saúde do trabalhador, a fim de compreender a crise estrutural do capital e do capitalismo mais acentuada na década de 1970.

A respeito dessa crise estrutural do capital e do capitalismo bem acentuada na década de 1970, vale observar que houve uma desvalorização do trabalho em razão do mercado, tanto interno quanto externo, passando pelo processo de acumulação flexível. Com isso, houve mudanças radicais, as quais tiveram como consequência à redução do poder aquisitivo do trabalhador, incluindo aqui o professor, o aumento da competitividade e o enfraquecimento da força sindical, o que evidentemente trouxe a precarização da classe trabalhadora. Nesse aspecto, ressalta-se a importância das escolas como ferramenta de propagação do domínio das grandes corporações e dos interesses de mecanismos internacionais, que, por sua vez, impunha a permuta de grandes empréstimos financeiros ao país com uma educação sem fins de mudanças verdadeiramente sociais, mas com propósitos de gerar mão-de-obra (FAGIANI, 2019).

Como visto anteriormente, a relação contraditória entre capital e trabalho é regulada pelos poderes financeiro, político e social, que mantêm essa estrutura de produção e reprodução do capital.

Após os anos 1980/1990, com a globalização e o sistema neoliberal, que, de certo modo, via a elevação dos salários e o conseqüente fortalecimento das organizações sindicais como ameaças à economia, além da máxima desregulamentação da força do trabalho, com diminuição da renda e a flexibilização do processo produtivo, aconteceram fenômenos procedentes das dinâmicas inerentes ao capitalismo. No Brasil, a transição da economia, as mudanças na produção, no trabalho e nas formas de organização coletiva distinguiram-se pelas teorias do pós-industrialismo e do pós-fordismo, cuja tendência foi negar a centralidade do trabalho e a teoria do valor-trabalho, sugerindo a prevalência do conhecimento, do trabalho imaterial e das novas tecnologias. Ocorreram várias inovações organizacionais que se desdobraram em (re)configurações do trabalho e em formas flexíveis de contratação (FAGIANI; PREVITALI, 2014).

De acordo com Bridi, Braga, Santana (2018) houve mudanças no sentido do trabalho, com crises que afetaram a classe trabalhadora, o mercado de trabalho e as estruturas dos empregos, evidenciando-se, assim, uma mistura de velhas e novas questões.

No contexto atual da globalização capitalista, o Estado apoiou-se nos ideais neoliberalistas, que, conseqüentemente, resultaram na precarização dos empregos e dos estilos de vida das classes trabalhadoras. Com a modernização da indústria imposta pela concorrência internacional, a intensificação do fluxo produtivo agravou o clima de insegurança para muitos

operários, que percebem o aumento da alienação do trabalho, principalmente entre trabalhadores com baixo grau de instrução, afirma Braga, (2017).

Na atualidade, as alterações na divisão internacional do trabalho, o que veio à tona com a globalização, isto é, a criação de uma nova divisão de trabalho nas próprias empresas transnacionais, cujas distribuições das forças produtivas não estão mais concentradas num país apenas e sim por vários continentes (exemplo: fabrica um componente do produto em um país, noutro país fabrica-se a montagem, enquanto o centro financeiro e contábil sedia-se noutro país). E, nesse novo contexto, o Estado pode assumir o papel de proteger as economias nacionais e gerar o bem-estar social, buscando a adaptação à economia mundial e às transformações do novo mercado provocadas por ela. Contudo, a exploração da força do trabalho tem acompanhado essas mudanças em nível mundial.

Lamentavelmente, diante dos acontecimentos políticos, tem-se confirmado a ampliação da exploração da classe trabalhadora, visto que o maior desafio criado pelo neoliberalismo é basicamente para ela. Prova disso é a mobilidade do capital para regiões que oferecem o barateamento do trabalho, oferecendo maior lucratividade para a mercadoria e assim cooperando com a exploração da classe trabalhadora. Nesse contexto, a educação pública passou por mudanças significativas, fazendo com que a classe social baixa se tornasse ainda mais invisível aos de quem tinha o domínio do poder. Há de se destacar que o Estado compartilhava com essa educação.

Os princípios neoliberais marcam o surgimento de um novo contexto de mudanças no âmbito do trabalho e sua regulação, bem como na educação pública brasileira, sobretudo, na prática docente e na construção dos currículos. A seguir, aborda-se a questões da prática docente, no século XXI, e os enfrentamentos da educação diante de uma nova base socioeconômica no Brasil. Ademais, são vistas ainda o desencadear das reformas educacionais das últimas décadas e as mudanças no que concerne à formação, ao currículo, às novas formas de ensino, gestão e avaliação do ensino no país.

A seguir, abordaremos o trabalho docente de maneira a permitir e evidenciar as suas múltiplas formas e tendências, nas condições atuais.

1.1 Trabalho docente no século XXI e no Brasil

Com o advento da globalização e o desfecho do capitalismo no campo do trabalho e da educação, neste século, sobretudo, sob o impacto do aprofundamento das políticas

neoliberais implementadas pelo Estado brasileiro, trouxeram muitas transformações, as quais, de certo modo, também afetaram a prática docente. Nesse sentido, vale observar:

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa de empregos, aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão de seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo) recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível” depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p. 25).

O século XXI evidenciou o fenômeno da precarização do trabalho, inclusive no trabalho docente nas instituições de ensino públicas. Tal precarização vem sendo revelada, desde 1980, no Brasil, devido ao processo de mercantilização da educação, ou seja, “a reorientação de acordo com os princípios e a lógica do mercado e sob a qual a educação gradativa e progressivamente, perde o status de bem público e assume a condição de serviço comercial”.

O crescimento da força de trabalho docente passa a se caracterizar pela flexibilização dos contratos trabalhistas que impede a dedicação exclusiva. Soma-se a isso o fato de que os recursos disponíveis para a pesquisa são canalizados pelas áreas consideradas rentáveis, obrigando professores a desenvolverem suas próprias condições de trabalho, através da elaboração de projetos de pesquisa ou de extensão universitária para o aparelhamento institucional, uma vez os que se opõem a esse sistema são tidos como improdutivos (BOSI, 2007).

A expansão da ideologia de acumulação do capital ocorrida por volta da década de 1970 é tida como o marco principal das mudanças nessa atividade. Nesse contexto, embora o olhar educacional do país começa a se preocupar na melhoria da qualidade do ensino, na prática, isso acontecia de maneira diferente, ou seja, as medidas educacionais não vinham de encontro aos reais interesses e necessidades da sociedade brasileira, mas sim aos interesses neoliberais de atender as exigências e demandas do capital (PREVITALI *et al.*, 2019).

Nesse aspecto, compete que a conjuntura das políticas educacionais brasileiras ainda demonstra sua centralidade na hegemonia das ideias liberais sobre a sociedade, como características do pesado avanço do capital sobre a organização da classe trabalhadora no país. Além disso, é visto que a intervenção de mecanismos internacionais conjuntamente à

subserviência do país à economia mundial repercute de forma decisiva na educação que é levada às escolas públicas (FAGIANI, 2019).

Políticas austeras vêm tentando ser inseridas no Brasil a partir de reformas propostas pelo governo de Michel Temer, como a adoção da Projeto de Emenda Constitucional (PEC) n. 55/2016, regularizada por uma política econômica recessiva e rígida, acompanhada, em 2017, pela adesão da terceirização irrestrita e das reformas trabalhistas e previdenciárias, que desafia a analisar os desdobramentos da atual crise econômica e política do país para a classe trabalhadora e suas instituições representativas (BRIDI; BRAGA; SANTANA, 2018).

A PEC n. 55/2016 veio com a proposta clara de frear a trajetória de crescimento dos gastos públicos, fixando por até 20 anos um limite para as despesas. Na prática, a aprovação de proposta de emenda constitucional afetou recursos que historicamente já se encontravam carentes de mais investimentos, entre eles, a educação, que tinham percentuais obrigatórios a serem gastos pelo Governo e, a partir da aprovação da PEC, deixaram de ser garantias constitucionais (BRIDI; BRAGA; SANTANA, 2018).

A partir dos anos de 1990, os governos brasileiros vêm inserindo modelos de gestão empresarial no processo de trabalho docente. Com isso, vivencia-se atualmente nas escolas, um modelo político esquizofrênico, portador de três vozes, ‘ser professor’, ‘educar’ e ‘formar educadores’, que, à primeira vista, tratam-se de atividades nobres, com grande valor social, essenciais para o futuro. Porém, se as coisas não vão bem, tende-se a culpar os docentes pelo fracasso da educação, fato que aumenta a insegurança da classe. Este modelo vem intensificando o trabalho dos professores e comprometendo a imagem que o docente tem de si mesmo, além de afetar a sua saúde em razão das pressões impostas por esse novo contexto (MARTINS; ARAÚJO; VIEIRA, 2019, p. 18).

As avaliações em grande escala, as políticas de avaliação de desempenho do professor, alterações nos currículos escolares (BNCC) e a remuneração baixa comparada ao demais profissionais no país têm exigido do professorado uma carga horária excessiva, ignorando as reais condições de trabalho presentes nas escolas brasileiras. São os professores e suas condições de trabalho sobre as quais se retrocedem as críticas e os objetivos das reformas governamentais, confiando a baixa qualidade do ensino à incapacidade ou ao descompromisso do magistério, camuflando a falta de recursos, os salários baixos, a tecnologia atrasada nas escolas e a própria falta de um sistema de educação eficaz. Junto a isso, existe o aumento das responsabilidades impostas à escola, a falta dos pais na educação dos filhos, elementos estes que trouxeram mudanças para o trabalho docente.

Respectivamente, o aumento das responsabilidades atribuídas a escola veio escotado pela diminuição da importância social oferecida “aos docentes ou à escola – facilmente observadas pela remuneração e pelas condições de trabalho oferecidas a essas profissionais. É marcante o desequilíbrio entre as exigências do trabalho e as formas de recompensas que o trabalho permite obter” (MARTINS; ARAÚJO; VIEIRA, 2019, p.18). De tal modo, a atividade docente revela condições nitidamente adversas e que podem gerar sofrimento e adoecimento.

Nas últimas décadas, a sociedade tem passado por diversas transformações em razão de acontecimentos dentro da economia e da política, em escala mundial. A globalização, a ascensão dos meios de produção, a produção flexível, a mecanização do trabalho, o desenvolvimento tecnológico, entre outros, tem provocado o repensar no papel da prática docente e na necessidade de qualificação do professor, diante de novo contexto. Com isso, a tensão tem tomado conta do espaço escolar na busca de encontrar meios para atender as demandas impostas por essas mudanças. O professor, nesse novo contexto, viu-se no desafio de (re)significar sua prática na busca da formação de um cidadão flexível e adaptativo como busca do mercado. Assim, teve sua prática inteiramente alterada com sobrecarga de responsabilidades, porém não sendo valorizado nem preparado para essa nova realidade. Além do mais, sendo cobrado nos desdobramentos de políticas educacionais e novos contextos sociais que se relacionam intrinsecamente com o cotidiano escolar. Tudo isso tem trazido enormes desafios ao trabalho docente.

Conforme Forattini e Lucena (2015), o trabalho possui papel central na vida humana e permeia as relações, trazendo consequências diretas sobre a significação dos sujeitos em sociedade. A sociedade atual, marcada pela informação e conhecimento valoriza os processos de produção, gestão, manipulação e armazenamento. Nesse contexto, o trabalho docente, visto como interativo, adquire novas características na sociedade industrial moderna, composto por um conjunto de atividades complexas de ensino, pesquisa e extensão, além de funções administrativas que exigem atualizações constantes. Cenário este que exige profissionais com alta qualificação para a readaptação e redimensionamento conforme as demandas do sistema capitalista. Desse modo, se aparelham os postos de trabalho e os métodos de gestão para que as limitações humanas não impeçam os objetivos de produção.

É importante observar que o professor, diante das demandas do sistema capitalista, encontra-se fora do papel que lhe fora repassado na sua formação acadêmica, isto é, trabalhar em prol da construção do sujeito social, capacitado a transformar o meio onde está inserido. O certo é que a tendência que se sobressai na sociedade capitalista é a de que a educação escolar não possui mais a incumbência de repassar o conhecimento, levar o sujeito à apropriação da

ciência, mas um meio de gerar o cidadão para o desenvolvimento econômico, deixando de ser pensada como instrumentalização intelectual do sujeito, formadora do ser humano, e passa a ser um mecanismo de qualificação da mão-de-obra como força de trabalho. Vista dessa forma, a educação é objeto funcional e de interesse ao sistema capitalista, onde o professor é meramente uma peça instrumental mediadora, sem valor profissional.

De acordo com Forattini e Lucena (2015), verifica-se que, sobretudo, nas décadas de 1990 e 2000, as repercussões psíquicas do trabalho passam a ganhar espaço nos consultórios e também no âmbito acadêmico, científico e governamental, no Brasil. Esses agravos, que até então não identificados, evidenciam a complexidade que envolve a avaliação da relação entre o processo saúde/doença e o trabalho. Contudo, havia um problema que, de certa forma, claramente fazia pressão sobre o trabalho docente: as avaliações externas. Essas avaliações realizadas nas escolas do país não somente se findavam em medir o desempenho escolar e avaliar as redes de ensino, de certo modo, caracterizavam-se por uma cobrança sobre a prática do professor diante dos resultados apresentados, que, por ora, não eram muito satisfatórios.

A pressão por resultados, a titulação obrigatória, a exigência da produção científica excessiva, as competências didáticas, administrativa, comunicacional e intelectual, formam um conjunto de exigências desgastantes, levando o docente ao esgotamento das forças mentais e físicas, afirma Forattini, Lucena (2015). A mercantilização da ciência, ou seja, fazer, transformá-la em objeto comercial, mercadoria, influenciou na precarização do trabalho docente e intensificam os fatores alienantes, levando ao adoecimento em consequência da situação de exploração. O sistema educacional sofre diretamente os efeitos dessas mudanças, fazendo-se necessária a humanização das condições de trabalho dos professores e pesquisadores, em oposição ao modelo social onde a produção científica se movimenta pelos interesses do capital.

As reformas educacionais das últimas décadas trouxeram mudanças no que concerne à formação, ao currículo, às novas formas de ensino e gestão, avaliação. O mercado exige dos docentes cada vez mais formação, múltiplas capacidades, competências e habilidades, todavia, o aumento de exigências vem acompanhado de formas de trabalho cada vez mais precarizadas. Observa-se um modelo gerencial caracterizado pela descentralização de responsabilidades, ao lado da centralização do controle sobre questões estratégicas, das políticas docentes, currículo e da avaliação (BACCIN; SHIROMA 2016).

Em pesquisa realizadas pelo Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST) – vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Política (NEPESP), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sobre o trabalho docente diante

das novas reformas educacionais evidenciaram que os modelos de gestão adotados têm contribuído à precarização dos processos de trabalho e produzido relações que não são adequadas à prática docente ocasionando, em muitos casos, tensão e desafios que resultavam no adoecimento do professor. Gestões autoritárias e controladoras impedem a experiência de autonomia dos trabalhadores, prejudicam seu potencial de criação e são responsáveis por números alarmantes de licenças médicas. Surge, então, a necessidade de se investir numa direção inclusiva e participativa, na qual os docentes possam ser protagonistas na transformação dos arranjos de adoecimento dos processos de trabalho (BARROS; BRITO, 2014).

Os efeitos das políticas gerencialistas centradas em esquemas de quantificação, metas e resultados implantados sob influência do capital promovem maior controle e punição aos docentes. Essas políticas, adotadas de forma intensiva visam a qualidade na perspectiva da empresa privada e submetem os docentes a rígidos controles fixados por metas baseadas em indicadores e testes padronizados, como é o caso das avaliações em grande escala. Fazendo com que os docentes sejam responsáveis por produzir resultados, mesmo sob condições precárias de trabalho. Esse tipo de programa dissemina a responsabilização e a ideologia do privado como sinônimo de eficiência e o gerencialismo empresarial nos sistemas públicos de ensino acaba por culpabilizar os docentes e, por conseguinte, a desmoralizar o setor público (PIOLLI; FRANCISCO, 2017).

Vale dizer ainda sobre o gerencialismo adotados nos programas das avaliações externas que, além de alvejar a produtividade e a eficiência da educação na escola pública, o programa concebia a “premiação” das escolas com resultados satisfatórios diante dessas avaliações, ou seja, o direito ao recebimento de uma bonificação, a qual vista sob outro ângulo serviam de ferramenta para “culpar” as escolas com baixo desempenho nesses resultados, independente dos elementos externos que influenciam o seu trabalho diário, como as particularidades de cada escola, situação econômica da comunidade escolar, etc. (SANTOS, 2010).

Embora o discurso das avaliações em grande escala assumia, com base nos seus propósitos, a busca da melhoria da qualidade do ensino, a partir dos seus resultados, Santos (2010) entende que, na prática, os resultados iam numa outra linha de pensamento, isto é, as medidas tomadas com os resultados obtidos não eram empregadas em prol dos interesses e reais necessidades de cada escola, mas com foco aos interesses neoliberais em atender as exigências e as demandas do capital.

Conforme Penteado e Souza Neto (2019), as influências da globalização e das políticas capitalistas acabam por repercutir nas reformas educacionais e nas condições e organização do trabalho docente, gerando processos de precarização que abrangem:

O alinhamento da escola à empresa e dos conteúdos ensinados às exigências do mercado, tendo em vista formar trabalhadores para a obtenção de maior eficiência, produtividade e lucro em uma sociedade competitiva; a educação sendo tratada como mercadoria e as reformas educacionais como políticas públicas, atuando na regulação social e nos ajustes estruturais que contribuem para manutenção das bases do sistema de acumulação; a vinculação dos elementos constitutivos da formação à lógica do mercado e a uma perspectiva flexível, polivalente e utilitarista, que enfatiza as experiências, a formação continuada, a educação a distância (EAD) e a pedagogia das competências; o desenvolvimento de uma cultura performática e de um regime de responsabilização, que agrega controle, inspeções, regulações, prescrições, julgamentos, cobrança por resultados, comparações e amostras de “qualidade” e “promoção”, imputabilidade e prestação de contas, além de concorrência e comparação entre os pares – dentre outros processos que intensificam o trabalho docente e corroem a autonomia e autoridade dos professores, produzindo outras formas de subjetividade, num processo dual de reprofissionalização e desprofissionalização (PENTEADO; SOUZA NETO, 2019, p. 137).

Pode-se compreender que a construção da cultura performática, citada no fragmento anterior, acaba por determinar a desprofissionalização e a reprofissionalização docente, estes contextos sugerem onde começa a surgir as tensões que geram consequências para a saúde docente, essa ideia se confirma nos parágrafos seguintes.

O processo de profissionalização do ensino configura uma tendência que perpassa o século XX e vem se cristalizar a partir da década de 1980, envolvendo ambiguidades, distorções, obstáculos, conflitos e desafios. Este processo, por um lado, colabora para ressaltar a relevância da educação para o desenvolvimento econômico e oferecer visibilidade a formação de professores e à necessidade de se construir uma base de conhecimento para o ensino que permita ao magistério transcender do ofício à profissão. Aspectos culturais também são obstáculos à profissionalização. Dentre eles destacam-se: o mal-estar e a desvalorização docente, a proletarização do magistério e a assimilação do trabalho docente ao sacerdócio, o acesso dos modelos antigos de ensino (vocação e ofício) para as modernas (profissão) demanda considerar aspectos culturais e de socialização dos professores visando problematizar os processos que propõem a profissionalização (PENTEADO; SOUZA NETO, 2019).

O que se percebe é que, de modo geral, as políticas de profissionalização docente que vêm sendo desenvolvidas tendem a controlar o processo de formação e trabalho docente, gerando à perda de autonomia e, por conseguinte, à desprofissionalização.

Ao falar de políticas de profissionalização, Freitas (2018) diz que questões inerentes à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), adotada em 2019, cujo bojo, de certo modo, limita a autonomia do professor, ao restringir a aplicação de conteúdos curriculares e pedagógicos pré-estabelecidos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mimético, irrefletido e irrealizável. Assim, deixa em evidência que as diretrizes da BNCC educarão profissionais e cidadãos com baixo nível de conhecimentos sociais, intelectuais e profissionais e tornando-os susceptíveis a serem oprimidos pelo sistema capitalista exploratório e acumulativo. Isso significa uma “formação deficitária” é mediado pela educação, atendendo as necessidades capitalistas, que serve de instrumento de dominação e extensão da exploração da classe trabalhadora, assim é o modelo de educação que vem prevalecendo no Brasil.

Ainda segundo Freitas (2018, p.55), nos moldes da BNCC, a educação se configura como um marco histórico que pode ser caracterizado de “reestruturação capitalista intervencionista com a “modernização do antigo” no sistema educacional”. Portanto, legitimando e aperfeiçoando um sistema dual na educação, uma escola para os oprimidos e outra para os opressores. Dessa forma, avista uma educação sem propósitos para o desenvolvimento humano e mais direcionada à promoção dos ideais capitalistas. A nova BNCC caracteriza-se de autoritarismo e não satisfatória, sob aspectos pedagógicos e estruturais. Compreende-se que “todas as escolhas relevantes, já foram feitas ao se montar a BNCC, em Brasília. Agora, trata-se de que a pílula seja engolida: um verdadeiro desrespeito à inteligência do magistério. A isso foi reduzida a ‘participação’ do magistério”. Contudo, é observada uma política curricular desconectada do contexto social da formação docente.

O debate sobre a profissionalização aponta para a existência de professores em situação de isolamentos, precarizados, com baixas remunerações e sentindo-se desvalorizados profissionalmente (RAIMANN, 2015).

Esse paradoxo é inerente à sociedade capitalista, sendo uma das maneiras de disfarçar a realidade da desprofissionalização, exaltando os discursos de sensibilização pela relevância do professor para a vida dos alunos, por meio da sua competência moral e técnica.

As políticas educacionais desenvolvidas a partir da década de 1990 contradizem a percepção do professor ‘educador’ ainda consonante com o trabalho educativo. Aos poucos, a materialização do ‘saber’ foi sendo inserida na educação e surgiu a nova lógica designada racionalidade técnica e mercantil, ligada às competências profissionais e ao mercado. De sacerdote e/ou missionário, o professor passa a ser profissional da educação. A meta da educação norteou-se para desenvolver competências e preparar o aluno para o mundo do

trabalho. O núcleo antropológico, ético e político do conhecimento, prioridade para os processos de aprendizagem, passaram a focalizar o trabalho e a produção (OLIVEIRA, 2017).

O contexto mencionado leva a refletir que ser um profissional da educação significa ter uma profissionalização, mas isso depende de ações governamentais. E quando não é oferecida essa formação adequada, a mesma tem que ser buscada pelo professor que, por seu lado, anseia por uma profissionalidade. Se isso não acontece como deveria, então fica praticamente impossível ser um profissional da educação, ou seja, com a formação esperada para atuar com competência e responsabilidade técnica na sociedade em que se insere. O professor é muito exigido, o Estado coloca em suas mãos uma enorme responsabilidade, porém não lhe dá os meios possíveis para concretizar tais exigências.

Para conhecer a ação de ‘ser professor’ é relevante compreender a relação entre o professor que aprende e ensina e o professor como um profissional que precisa de formação continuada e necessita de políticas públicas que viabilizem o exercício da sua profissão. No Brasil, a formação de professores se relaciona a três questões: (1) Profissionalismo (2) Profissionalização e (3) Profissionalidade.

Segundo Paula Junior (2012), pode-se definir o profissionalismo como o compromisso do professor com o projeto pedagógico da escola e o ato de ensinar que ultrapassa os limites da sala de aula. Para esse autor, vale considerar a profissionalização na concepção do professor português Nóvoa (1992 apud PAULA JUNIOR, 2012, p 4) a define como “um processo através do qual os trabalhadores melhoram seu estatuto, elevam seus rendimentos e aumentam o seu poder de autonomia”, sendo a profissionalidade “aperfeiçoamento docente na busca de um desenvolvimento profissional e pessoal”. Nóvoa compreende que o professor precisa ter formação dentro da própria escola, com mais experiência no cotidiano escolar, os estudantes e a realidade que convive nesse contexto. Assim, serão criadas estruturas que incorporem o conhecimento, a pesquisa e as práticas profissionais, oportunizando tudo isso na complementação da sua formação acadêmica.

Há um movimento que valoriza a profissionalização do trabalho docente. E existe uma crise nas profissões associadas à Educação e à sua formação que, enfim, é desvalorizada. Com isso, ocorre a desprofissionalização que significa a proletarização do professor, a perda de sua autonomia e a desvalorização dos seus conhecimentos. Mas, esse movimento depende de forças externas e não do professor. É, um direito com sentido de concessão (PAULA JÚNIOR, 2012).

Pode-se observar que a realidade em que o docente se encontra inserido, se desdobra em dois contextos: o primeiro, se refere à questão do professor, agora considerado um profissional, se deparar com uma organização social, política e cultural, que espera por práticas

políticas e pedagógicas coerentes com as exigências modernas. E o segundo acontece na questão de o professor enxergar e conviver com uma instabilidade nas bases que o tornaram possuidor de um saber sistematizado e estável para lecionar.

Oliveira (2017) nos diz que hoje em dia, embora o professor seja reconhecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, promulgado em 1996, como profissional do ensino, profissional da educação e profissional do magistério, o regulador do Sistema Educacional de Ensino é o Estado, é ele quem preconiza princípios, propõe corresponder as ações sociais e ainda a formalizar a formação para a profissão mediante diretrizes curriculares nacionais.

Sabemos que o professor é o profissional trabalhador da educação, que com as mudanças ocorridas no contexto educacional, na atualidade, o professor se torna ator principal no processo de ensino-aprendizagem parece ainda não ter uma profissão definida, com isso, não se tem nele, com precisão, a figura de um profissional. É fato que muitas foram as mudanças ocorridas nas últimas décadas que trouxeram novas formas de organização do trabalho, que, por consequência, ocasionaram mudanças na organização da escola e na prática docente, mas que prossegue sendo ainda legitimada pelo Estado. Assim, a profissionalização na educação vem conquistando um espaço maior que o ensino, cujo processo vem se tornando, ainda que de forma lenta, um status profissional para o professorado.

Segundo Oliveira (2017), desde o nascimento da profissão docente, intercedida pela igreja, a identidade do professor manteve-se presente, até ser assumida pelo Estado e se tornar uma profissão. O Estado assumiu a educação pública e o controle da profissionalização do magistério. O que inquieta é que em áreas diferentes da educação, as profissões foram se estabelecendo e ganhando o “status de profissional”, garantido por códigos devido à relação com o mercado, porém, o mesmo não aconteceu com a profissionalização docente. Destaca ainda que, para ser construída uma profissionalidade, torna-se necessário reconhecer os professores como profissionais. Atualmente, a expressão “profissional da educação” se reporta nos dispositivos da legislação educacional, à pessoa, à qualificação e à prática docente.

Parte-se do pressuposto de que a terminologia profissional, no movimento moderno da profissionalização docente, apresenta diferentes significados ao chegar no ambiente escolar, uma vez que ela sai da sua origem que é o mercado, consentindo interpretações que podem ser aceitas ou não para fazer a identificação do magistério como profissão.

Apoiando-se na compreensão de Oliveira (2017), é visto que a lógica do profissionalismo se encontra fundamentada no princípio ocupacional, no campo de uma expertise, cujas variáveis mais relevantes para a profissionalização, são o Estado e o mercado,

que é a autoridade do conhecimento categórica para estabelecer o ‘ser profissional’, isto é, a formação profissional extrapola a formação inicial e continuada, vez que pode “implicar a legitimação do Estado e o reconhecimento social da profissão” (OLIVEIRA, 2017, p. 8). Assim sendo, a profissionalização abarca duas questões: “o interno, que é denominado de ‘profissionalidade’ e o externo, denominado ‘profissionalismo’ ou ‘profissionalização’ (OLIVEIRA, 2017, p. 126).

Nesse sentido, entende-se que, para uma profissão ter reconhecimento do Estado, da sociedade e do mercado, no domínio da divisão social do trabalho, torna-se imprescindível dispor de recursos de formação profissional e de trabalho que tem a ver com a competência de cada profissional e auxiliem cada um na construção da profissionalidade.

Assim, definir a profissão docente requer novas perspectivas na abordagem da profissão capazes de superar os critérios normativos. É claro que o trabalho dos profissionais da educação necessita ser ativo, revigorado e (re)inventado, vez que se vivencia uma redefinição do Sistema de Ensino, cuja tendência é modificar papéis sociais e profissionais que tradicionalmente lhes eram atribuídos. Mas, a evidência na formação inicial e continuada corroborada nos dispositivos legais, que objetiva regulamentar a educação e a profissão docente, não é satisfatória para estabelecer a profissão em si. Ademais, deveria ser no próprio domínio escolar, onde o profissional da educação desempenha a sua profissionalidade que se faria jus o seu reconhecido como profissional (OLIVEIRA, 2017).

Oliveira (2018) descreve as consequências da nova governação e do novo profissionalismo sobre os docentes para as novas aprendizagens, com múltiplas as abordagens sobre o tema, dentre elas o novo profissionalismo docente pode ter o sentido de:

- (1). Cumprir padrões de educação e proficiência, com foco no controle e proatividade.
- (2). Estar a serviço do controle profissional docente e intensificar as demandas de trabalho, tanto que as reformas propostas a partir de 1990 desenvolveram estratégias para manipular as identidades docentes, baseado em um discurso que recorre ao profissionalismo.
- (3). Operar como estratégia de controle dos professores manipulados pelo Estado, que simultaneamente é utilizado por eles para proteger-se contra sua diluição.

Essa abordagem teve receptividade tanto pelos professores quanto pelos sindicatos da categoria, isso porque se trata de um discurso reformador e a neutralização das práticas estão sendo postas por essas reformas apresentadas por esse discurso. Convém observar que, desse modo, o profissionalismo pode-se findar na construção de uma ideologia que represente interesses alheios à própria prática docente. Mas existem várias abordagens acerca desse

conceito, que apresentam mudanças desde uma perspectiva estrutural e funcionalista até o profissionalismo gerencialista e o democrático. Nesse sentido, vale esclarecer:

- O profissionalismo gerencialista, tem relação com a mudança organizacional ligados eficiência e eficácia. Em que o bom profissional é aquele que responde às metas pré-estabelecidas e padronizadas para alunos, professores e escolas e, em seguida, faz a prestação pública de contas.

- O profissionalismo democrático, busca desmistificar o trabalho profissional e estabelecer vínculos entre docentes e outros agentes, tem foco na ação cooperativa e colaborativa. Ao professor cabe maiores responsabilidades, para além da sala de aula, o que envolve contribuições para escola, sistema educativo, comunidade, alunos e responsabilidades coletivas enquanto profissão, visando construir uma sociedade mais equitativa (OLIVEIRA, 2018, p.).

Na atualidade, o conceito de profissionalismo, ou de “novo profissionalismo”, surge do contexto da Nova Gestão Pública (NGP) que reúne iniciativa, inovação, capacidade criadora, flexibilidade e responsabilidade equivalentes aos novos modelos de organização do trabalho no capitalismo, que recorrem comumente para a cooperação e a colegialidade sem levar em conta os fins últimos da produção. Retoricamente, o novo profissionalismo alega que existe uma mudança emergente nas práticas e valores dos docentes. Assim, há o “profissionalismo antigo” e o “novo profissionalismo”, cujas características se divergem, conforme explicitado no quadro 1 (OLIVEIRA, 2018).

Quadro 1 - Características: profissionalismo antigo e novo profissionalismo

PROFISSIONALISMO ANTIGO	NOVO PROFISSIONALISMO (TRANSFORMADOR)
a) filiação exclusiva a uma instituição	a) filiação inclusiva
b) práticas conservadoras	b) código de ética de prática pública
c) interesse próprio	c) colaborativa e colegiada
d) regulação externa	d) orientação ativista
e) lenta mudança	e) flexível e progressista
f) reativa	f) mudança responsiva
	g) autorregulação
	h) política ativa
	i) orientada para a investigação
	j) construção do conhecimento

Fonte: Oliveira (2018, p. 55)

Conforme Oliveira (2018), há uma forma depreciativa na definição do profissionalismo tradicional e novo profissionalismo. O que reivindica uma nova compreensão do profissionalismo docente que proporcione um ambiente profissional e condições para os docentes providos de responsabilidade em suas práticas, como se no estatuto precedente os docentes atuassem de maneira irresponsável.

Compreende-se que o profissionalismo docente é uma renovação do ambiente de trabalho que vem se inovando muito rapidamente, mas de maneira descontextualizada no que se refere a estrutura econômica. Com isso, o profissionalismo docente passa a ser uma estratégia política e social para dar status a profissão docente, se comparado com a abordagem tradicional do profissionalismo do professor.

O sentido do profissionalismo e da responsabilidade docente pode, então, serem usados, por exemplo, tanto para justificar greves, quanto para contrapor esses movimentos. Por esse motivo, o efeito de um discurso oficial, adotado para gerir os docentes ou para gerar mudanças estruturais deveria ser garantido por meio de constantes e sólidas reformulações. O discurso que vislumbra a educação como política pública, mas, que se faz presente em todas ações estatais, vem manipulando as identidades docentes com um fim ideológico. Com isso, o ambiente para produzir um modelo de docente criativo, responsável, reflexivo e inovador, requer um profissional ‘mágico’ para também ser hábil a garantir a gestão de um processo ensino aprendizagem aos discentes independentemente das condições físicas e materiais a ele oferecidas para exercer a sua profissão (LAWN, 2001)

Pettersson e Molstad (2016) acrescentam que as políticas norteadas para preparar docentes para corresponderem às necessidades de ensino aprendizagem objetivam precisamente à modelação desses profissionais, no sentido explanado pelas atividades do *Programme for International Student Assessment* (PISA), cujos efeitos são múltiplos, pois, o PISA estabelece uma fundamentação peculiar para pensar e debater as questões relacionadas à educação.

Na visão de Pettersson; Molstad, (2016) o PISA, para os docentes é fundamental incentivar a transformação e o desenvolvimento da educação, buscando atenuar falhas e melhorando a qualidade do ensino para atender as reais demandas da sociedade atual. Os docentes são concebidos ainda como sendo fundamentais para diminuir as "disparidades no desempenho" dos educandos avaliadas pelo teste PISA. Além disso, “os ‘bons’ professores e o ensino ‘eficaz’ são descritos como os professores e as estratégias que conduzem a tal redução”. Por conseguinte, os principais relatórios do PISA ressaltam uma imagem dos docentes como os responsáveis por desenvolver o ensino e a educação, e não como os profissionais que executam políticas estabelecidas pelo Estado. Assim sendo, os professores são avaliados como

indicadores da eficiência do sistema educacional e relevantes para “elevar os padrões de desempenho, sendo assim considerados como a esperança e a realização da educação”.

Como tal, nos relatórios do PISA, um novo tipo de professor é procurado – um “professor fênix” que é “esclarecido” e desenvolvedor ativo da transformação educacional, que inclui a redução da desigualdade social e a capacidade de ajustar o seu sistema de ensino a fim de preencher as “disparidades no desempenho” (PETTERSSON; MOLSTAD, 2016, p. 643). Com isso, é vista a necessidade de um esforço maior dos professores para que a educação brasileira possa alcançar a qualidade não observada nesses relatórios. Porém, falta capacitação profissional e políticas de valorização profissional, para que se qualifiquem com a finalidade de levar a educação brasileira a níveis melhores no ranque mundial apresentado pelos relatórios do PISA.

As técnicas de avaliação determinam as evidências e, respectivamente, procuram moldar as funções docentes, ou seja, reestruturar elementos-chave da profissão e configurar processos de inclusão e exclusão social. Tais técnicas de avaliação objetivam selecionar profissionais competentes, e os que não são, ficam expostos à prestação de contas e as políticas de *accountability*. Políticas focalizadas nos resultados acadêmicos geram um ambiente interno expressivamente competitivo, pois, os desempenhos passam a ser contidos no novo profissionalismo. Os professores percebem que sua posição profissional não é respeitada em uma cultura de “auditoria”. Tais políticas tendem a produzir novas segmentações no cerne da profissão docente ou colaborar para as já existentes, tornando mais difícil a adequação de coletivos de trabalho (OLIVEIRA, 2018). Nessa linha de pensamento, é observado:

Aumentam os contrastes entre professores efetivos e contratados com a adoção cada vez mais ampla da flexibilidade do mercado, referenciada como um valor positivo, dicotomias que são observadas nos discursos que apelam para a condição individual em detrimento do grupo profissional; professores resistentes à mudança e professores “aprendentes”; responsabilidade individual; relações que revelam contrastes entre diferentes regiões, ou mesmo redes de ensino etc. (OLIVEIRA, 2018, p. 56-57).

Esse debate leva os docentes a se responsabilizarem para melhorar o rendimento dos educandos nas provas, cujo contexto apresenta significativa desigualdade social, o que vem colaborando para perder a confiança nos professores como profissionais, bem como para “depreciar a sua carreira e a sua profissionalização, ainda mais em um contexto de débil reconhecimento de seu papel profissional” (OLIVEIRA, 2018, p. 57).

A realidade brasileira apresenta uma fragmentação no ambiente de trabalho escolar, principalmente perante a precarização nas relações de trabalho, cujos vínculos profissionais são decisivos para o sentido que os professores dão ao trabalho. Professores providos de vínculo formal têm a sua imagem associada a uma figura de prestígio que apreende conhecimentos, já os contratados para a mesma função tendem a ser percebidos como de pouca relevância.

Problemas relacionados à intensificação do trabalho emergiram entre os professores de carreira, que se veem pressionados pelas atividades de docência e pela pressão por publicações. Há um deslocamento que parece estar associado ao movimento de individualização e de maior competição presente nas organizações, de modo que, relações antes prazerosas podem estar sendo ameaçadas pela lógica competitiva predatória (IRIGARAY *et al.*, 2019).

Contudo, foi visto que as exigências da sociedade capitalistas impõem mudanças nas formas de educação oferecida nas escolas, de modo geral. Porém, diante dessas mudanças e exigências do mercado de trabalho, surgem questões geradoras de tensões na prática docente, que, por sua vez, ocasiona o adoecimento, mal-estar e sofrimento do professor. A seção seguinte vem abordar conceituações acerca de doenças ocupacionais e o processo saúde/doença na organização do trabalho, bem como trazer uma compreensão mais ampla do problema na atualidade da educação brasileira.

2 TRABALHO E PROCESSO SAÚDE/DOENÇA DE PROFESSORES: UMA RELAÇÃO EM ANÁLISE

Nesta seção, abordamos o conceito de doença ocupacionais e da saúde dos professores, bem com pesquisar acerca do problema e como a atualidade tem interferido diretamente no adoecimento deles. Tal seção tem como fundamento demonstrar alguns dos motivos dos afastamentos de professores decorrentes da pressão laboral.

Sousa (2013) afirma que é importante observar, na sociedade capitalista, na qual estamos inseridos, que o trabalho tem papel de mediador social, seja pelo valor econômico, pois funciona como meio de sobrevivência, seja pelo aspecto cultural (simbólico), tendo, assim, relevância na constituição da subjetividade, na maneira das pessoas viverem e, portanto, sendo igualmente um influenciador na saúde física e mental das pessoas.

A saúde docente é um tema de extrema relevância a ser abordado, visto que muito se tem falado e pouco tem sido feito para reverter o quadro de adoecimento dos mesmos. É perceptível diante de tantos afastamentos, o eminente crescimento do adoecimento advindo da prática docente. Apesar dos dados alarmantes, são pouquíssimas as ações desenvolvidas afim de privilegiar a saúde do docente. Desse modo, avista-se a necessidade de implementação de políticas específicas a fim de reorganizar o trabalho docente e a promoção da saúde do professor, visando também, a partir daí a melhoria na qualidade de ensino e aprendizagem, sobretudo, nas escolas públicas, onde o fato é mais comum.

De acordo com o dicionário brasileiro da Língua portuguesa, doença é a alteração da saúde que se manifesta por sintomas, possíveis de serem identificados ou não; enfermidade, moléstia; doença epidêmica. O Ministério da Saúde já traz um conceito de doença simplificado e mais cotidiano colocando-a como uma alteração ou desvio do estado de equilíbrio de um indivíduo com o meio ambiente (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2019), ou seja, muitas vezes o nosso sistema apresenta mecanismos de defesa devido às diversas facetas da pressão desfavorável do ambiente.

Em contrapartida, a definição de saúde dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a condição em que o indivíduo se encontra em estado de completo bem-estar físico, mental e social, não podendo, portanto, ser definida como apenas o estado em que o indivíduo não possui afecções e enfermidades. É certo observar que a ausência de casos de afecções e enfermidades não representa propriamente um estado de bem-estar físico, mental e social, que podem ser oriundas de outros fatores, como profissão, realidade social, situação econômica precária etc. (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2019).

A saúde se cria e é vivenciada no cotidiano e nas instituições de ensino, de trabalho e de lazer. A saúde é o resultado dos cuidados dispensados a si mesmo e aos demais componentes de uma sociedade; é a capacidade de tomar decisões e controlar a própria vida e assegurar que, na sociedade onde está inserida a pessoa ou grupo, todos tenham a possibilidade de gozar de bom estado de saúde (CARTA DE OTTAWA, 1986)

Após conceituações se mostra necessário demonstrar o porquê da importância desse tema.

O docente, muitas vezes, passa pela pressão da sociedade que dele exige novas responsabilidades que não lhe são inerentes. Ele é cobrado constantemente pelo Estado, pelos gestores (diretores, supervisores) que, muitas vezes, “fingem” não saber como é desgastante e quanto são cobrados a assumir responsabilidades sem receberem meios para cumpri-las. Os professores têm-se sentido incompetentes diante das dificuldades a eles lançadas, pois há uma grande demanda de exigências e eles não conseguem resolvê-las. Nesse aspecto, vale acrescentar que “as escolas, bem como os professores, não se encontram muitas vezes preparados para enfrentar novos desafios e exigências, produzindo constantemente uma tensão na realização das atividades docentes” (CARVALHO, 2010, p. 23 *apud* MENDES, 2011).

Pirolli *et al.* (2015) defendem que o discurso focado na qualidade e na eficiência ignora processos de controle e de manipulação da subjetividade docente, onde a gestão heterônoma implica em fragilização política, em alguns casos, estresse e adoecimento. Ao incitar o individualismo pela regulação avaliativa punitiva, e as vezes sutil, manipula a vaidade, acarretando em uma competitividade mórbida. Assim, compete assinalar que as relações apresentadas no ambiente de trabalho assumem a tendência de se atrelar à racionalidade heterônoma (razões para a ação do indivíduo à vontade de terceiros o de uma coletividade), à medida que as metas idealizadas pelo indivíduo encontram-se afastadas do cotidiano concreto. Isso significa que as metas tendem a se constituírem não apenas como idealizadas e abstratas, mas como uma conquista que pode ser alcançada com a geração de sofrimento, adoecimento do indivíduo, estresse e conflitos nas relações laborais. De modo simples, pode entender-se que a conquista do que é almejado na prática está relacionado ao fato de que ela ocasionará ao indivíduo problemas na sua saúde.

Segundo Mendes (2011), diante de tanta exigência e responsabilização vivenciadas pelo docente, marcado pelo crescente trabalho, pela sua desvalorização como profissional e observando a intensificação do trabalho do mesmo, dentro e fora da escola (visto que ainda fora do período em que dão aulas, os mesmos ainda têm muito trabalho em casa, como montar aulas, corrigir trabalhos e provas, entre outras tarefas que lhe são impostas), estes têm adoecido, e

desenvolvido algumas doenças relativas ao trabalho, ao excesso do mesmo, desencadeando manifestação de esgotamento, ansiedade, estresse, entre outros, que são indicadores do mal-estar nos docentes.

Devido à exigência e responsabilização que tem sido imposta ao professor, a saúde mental dele se encontra fragilizada, pois não sabem como dar evasão aos excessos que vem vivenciando na sua prática, bem como a introspecção desse sentir tem gerado o seu adoecimento.

Conforme definição de saúde mental pela OMS sobre saúde, ou seja, sendo a saúde um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não apenas a ausência de condições ou doenças, pode-se entender que a saúde mental, como outros aspectos da saúde, pode ser afetada por uma série de fatores socioeconômicos, os quais precisam ser abordados através de estratégias abrangentes de promoção, prevenção, tratamento e recuperação que envolvam o governo, bem como a sociedade.

Uma estimativa da OMS, de 2001, constatou que os transtornos mentais menores ou mais comuns, como a ansiedade, depressão, neuroses, acometem cerca de 30% dos trabalhadores ocupados; e os transtornos mentais graves, como as psicoses, manias, esquizofrenias, atingem cerca de 5 a 10% dos trabalhadores no trabalho (SOUZA, 2013; SANTOS; SIQUEIRA, 2010).

No Brasil, dados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) sobre a concessão de benefícios previdenciários de auxílio-doença por incapacidade para o trabalho superior a 15 dias e de aposentadoria por invalidez, por incapacidade definitiva para o trabalho, mostram que os transtornos mentais, com destaque para o alcoolismo crônico, ocupam o terceiro lugar entre as causas dessas ocorrências.

Em 2018, o professor Maurício Valladão, da Faculdade Cambury, fez uma pesquisa com diversos professores, a fim de descobrir os motivos que os mesmos têm se afastado pelo acúmulo de estresse e como o fato tem afetado diretamente a vida e a saúde dos mesmos. Com a pesquisa, foi constatado que, entre os anos de 2015 e 2018, o número de profissionais afastados por transtornos mentais aumentou cerca de 38% e, segundo o pesquisador, a estimativa do INSS é que, no ano de 2030, os profissionais da educação farão parte do maior número de afastamentos por saúde e transtornos mentais. (VALLADÃO, 2018)

Em uma entrevista dada a um jornal, na época, o professor Mauricio Valadão pontuou que os profissionais hoje sofrem intensamente o estresse, sendo motivados por questões salariais, ou seja, eles percebem baixos salários em razão das grandes horas que lhes são demandadas, dentro da escola e as horas extras que exercem em casa. O pesquisador pontua

ainda que o ambiente físico como fato de estresse, qual seja, a condição dentro da sala de aula, as condições ofertadas dentro do trabalho (ambiente físico, suporte para os professores, tratamento da direção com os professores) e conclui que tais observações não têm sido levadas em conta pelo Estado e quanto menos ênfase tem nisso, mais eles têm adoecido. Contudo, a pesquisa nos permite observar:

O professor na sociedade, por seu papel relevante sendo responsável pelo preparo do aluno como cidadão necessita que suas condições de trabalho sejam adequadas para atenuar os riscos ocupacionais. O educador que possui um desgaste no trabalho devido a fatores não compensatórios, como um salário não apropriado, descaso e insatisfação, combinados com o não acesso adequado a bens e serviços e uma desvalorização profissional e social, encontram-se em vulnerabilidade ocupacional (SILVA *apud* ALVES, 2011, p. 181).

Uma parte significativa da vida das pessoas se passa no local de trabalho, necessitando haver um bem-estar dos trabalhadores nesse ambiente, a fim de evitar que estes adoçam ocasionados pelo stress laboral. Conforme demonstrado anteriormente, os professores estão mais propensos ainda ao adoecimento, visto que não possuem condições favoráveis no ambiente de trabalho, são excessivamente cobrados pelo Estado, sociedade e supervisores nas instituições, e ainda assim, levam mais trabalho para casa, trabalhando mais horas do que efetivamente são remunerados.

Irigaray *et. al.* (2019) nos dizem que o exercício de uma profissão deve ser analisado com base em seu papel social e alguns professores de fato percebem seu trabalho como vocação, uma atividade que envolve um propósito altruísta. Todavia, encontram-se também docentes que podem estar naturalizando o sofrimento advindo de seu trabalho e se submetendo voluntariamente a privações que ao longo do tempo geram ressentimento, angústia e frustração. Nesse sentido, é necessário encontrar caminhos que viabilizem uma vivência mais positiva para docentes, na medida em que deve ser estimulado um aprofundamento de sua reflexão sobre os sentidos do trabalho e vínculos profissionais

Em qualquer ambiente de trabalho, o trabalhador está sujeito a doenças ocupacionais. Porém, o processo saúde/doença do trabalho está relacionado ao modo de organização do trabalho e ao meio social. É um termo empregado para se referir a todas variáveis relacionadas a saúde e a doença de um indivíduo no local de trabalho. A determinação do estado de saúde de um indivíduo se refere a um processo complexo que envolve uma variedade de fatores. A compreensão do processo saúde-doença do trabalhador passa pela análise das relações de unicausalidade e a multicausalidade.

2.1 Processo saúde/doença: unicausalidade e multicausalidade

Praticamente, todo ambiente de trabalho pode ocasionar o adoecimento do trabalhador, sobretudo, no mundo contemporâneo, quando o mercado de trabalho impõe ao trabalhador fatores diversos, como péssimas condições laborais, baixos salários, carga horária excessiva, acúmulo de funções, entre outras. Esses fatores contribuem – e muito – para o surgimento de sintomas ansiosos, estressantes e depressivos nos profissionais (SOUZA, 2013). Tornam-se preocupantes esses fatores à saúde do trabalhador, não sendo diferente na prática docente.

Com base na definição dada pela OMS, a qualidade de vida é vista com a maneira do indivíduo perceber sua inserção na vida, na realidade cultural e econômica (cultura e sistemas de valores), nos quais vive e está associado aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Envolve o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e, também, saúde, educação, habitação saneamento básico e outras circunstâncias da vida (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2019). Entendendo sobre a conceituação de saúde, doença e qualidade de vida. Questiona-se: o que leva um indivíduo a adoecer?

Desde a sociedade primitiva, o homem busca resposta e vem adaptando-a a sua realidade; prova disso são as diversas teorias existentes, como a teoria do contágio, teoria miasmática, entre outras. Hodiernamente, há duas teorias de relevância: a Teoria da Unicausalidade e a Teoria da Multicausalidade.

Na medicina, a Teoria da Unicausalidade reconhece que a única causa e fundamental da doença está fora do organismo humano acometido. Foi uma concepção dominante, desde o início das sociedades ocidentais. Inicialmente, quando o homem não dispunha de meios para controlar a natureza, as causas das doenças eram atribuídas a fatores externos, como origem no agente etiológico (termo usado na parasitologia para designar um organismo causador das doenças), ou seja, biológico, genético, químico, físico ou psíquicos (FONSECA, 2007).

A Medicina do Trabalho das empresas explica a causalidade das doenças fundamentada em um modelo unicausal. As teorias unicasais focalizam em uma fração da realidade e ignoram fatores, como: desnutrição, pobreza, más condições de higiene e habitação e outros índices socioeconômicos, tal conceituação durou apenas até o final do século XIX, quando teve sua caducidade advinda da teoria da multicausalidade.

Já os modelos de multicausalidade das doenças, entendem a causalidade como fenômeno multifacetado, uma vez que nem toda doença tinha origem apenas no agente

etiológico, pois haviam muitos outros fatores, tais como os ambientais, os biológicos, os do ambiente social, os genéticos e os de estilo de vida.

Nos dizeres de Martins (2017), a perspectiva unicausal analisa apenas os aspectos anatômicos e fisiológicos do corpo, todavia, é necessário estudar e conhecer formas de superar as limitações relacionadas à visão unicausal da saúde e adotar visões que se pautam nas dimensões ambientais, sociais, políticas e econômicas das doenças. A teoria da multicausalidade propôs a interpretação da saúde a partir da descoberta de relações que favoreciam as possibilidades de prevenção das doenças, com ações de natureza biológica, comportamental e sociopolítica.

Em se tratando do paradigma multicausal, compete observar que existe a interação entre os diversos fatores na causalidade das doenças, sendo que a causalidade deve levar em consideração o potencial patogênico do agente agressor (as doenças causadas no local do labor), a suscetibilidade do organismo e o local do trabalho (ambiente laboral). Na perspectiva da multicausalidade, a saúde de quem trabalha sofre interferências pelas más condições de vida devida a baixa remuneração, assim como pelo esforço e a tensão psicológica sofrida pelo trabalho em razão da produtividade exigida (COSTA, 2017).

A Medicina do Trabalho surgiu em meio à Revolução Industrial, objetivando suprir demandas específicas, como o controle da força de trabalho, a diminuição do prejuízo por motivo de doença e a seleção de força de trabalho menos propensa ao adoecimento. O seu caráter reducionista, na perspectiva unicausal, trata as relações trabalho-saúde de forma mecânica, tomando o trabalhador objeto de intervenção e mera engrenagem da produção. Todavia, após a Segunda Guerra Mundial, essa forma de atenção à saúde mostrou-se insuficiente às novas demandas, exigindo a incorporação de novas disciplinas, marcando o surgimento da Saúde Ocupacional (modelo fundamentado na teoria da multicausalidade), dirigindo-se a assimilação de um conjunto de fatores de risco, físico químico, mecânicos e decorrentes da organização laboral, presentes no processo de trabalho e nos condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos, organizacionais responsáveis pela condição de vida e saúde do trabalhador (SOUZA; MELO; VASCONCELLOS, 2017).

A teoria unicausal baseia-se apenas no agente causador da doença, que pode ser de origem física, química e biológica. Já a teoria da multicausalidade incorpora os aspectos psicossociais no contexto do adoecimento (CAMPOS, 2018). A Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) adotou o modelo de determinação social da saúde exposto na figura 1.

Figura 1 - Modelo de Determinação Social da Saúde



Fonte: Campos (2018, p. 35).

Começando pelo centro da figura 1, visualizamos o contexto do adoecimento em níveis, o primeiro nível se relaciona aos aspectos pessoais, como idade, sexo, características genéticas, atitudes, condutas, hábitos, e estilo de vida. No segundo nível corresponde às redes sociais e às comunidades. Já no terceiro nível, os fatores são relacionados às condições de vida e de trabalho, onde as pessoas são submetidas a riscos das condições inadequadas de habitação, ambiente de trabalho insalubres e estressantes, além de menor acesso aos serviços essenciais, como educação e saúde. E o quarto nível constitui-se das condições econômicas, culturais e ambientais presentes na sociedade como um todo. As ações devem ser baseadas nas políticas macroeconômicas e de mercado de trabalho, de fortalecimento dos valores culturais e de proteção ambiental, a fim de reduzir as desigualdades socioeconômicas, a violência, a degradação ambiental e seus efeitos sobre o processo de saúde e doença. (CAMPOS, 2018).

2.2 Trabalho, subjetividade e saúde mental

Contextos que exibem trabalhadores sobrecarregados que vivenciam prazer e sofrimento no ambiente laboral comportam a psicodinâmica do trabalho que, conforme Giongo, Monteiro e Sobrosa (2015), vem assumindo uma função relevante nos estudos brasileiros sobre saúde/doença mental do trabalhador.

A psicodinâmica do trabalho é uma disciplina clínica sustentada no conhecimento e na descrição das relações inerentes ao trabalho e a saúde mental. Trata-se de uma disciplina teórica destinada a registrar os efeitos da investigação clínica norteada para a relação do homem com o trabalho. Essa teoria envolve, respectivamente, a teoria social e a psicanálise (DEJOURS, 2004). E, apresenta significativas contribuições teórico-metodológicas para o campo da psicologia do trabalho, ao ser explicitada mediante abordagem dejouriana que reforça a centralidade do trabalho na compreensão não exclusivamente da doença, mas, igualmente, da saúde e do prazer. É finalidade da psicodinâmica do trabalho estudar:

As relações dinâmicas entre a organização do trabalho e processos de subjetivação, que se manifestam nas vivências de prazer-sofrimento, nas estratégias de ação para mediar contradições da organização do trabalho, nas patologias sociais, na saúde e no adoecimento (FERREIRA, 2011, p. 38).

Para melhor compreender o tema da psicodinâmica do trabalho, apresentam-se considerações gerais sobre principais aspectos que o compõem: trabalho e subjetividade, prazer e sofrimento.

2.2.1 Trabalho e subjetividade

De acordo com o dicionário brasileiro da língua portuguesa *online* Dicio, trabalho é um conjunto das atividades realizadas por alguém para alcançar um determinado fim ou propósito; os mecanismos mentais ou intelectuais utilizados na realização de algo (DICIO, 2019)

É certo que passamos por constantes mudanças estruturais no sistema produtivo, tornando assim as atividades laborais mais complexas ou mais simples. Nos dizeres de Borges, Argolo e Baker (2006), essas mudanças repercutem nas relações de trabalho, determinando maior instabilidade na profissão e gerando ansiedade nos trabalhadores. Estamos vivendo na era onde se exige muito do profissional, mais é dado para ele pouca qualidade para exercer o que é demandado. A lógica do produzir mais com menos recursos não é uma novidade, e a supervalorização dessa dialética é cada vez mais analisada.

Desse modelo, emergem em todos os setores novas reivindicações para maior qualidade e eficiência no trabalho, melhores qualificações e novas competências do trabalhador.

A psicodinâmica do trabalho objetiva analisar as relações entre a subjetividade (relação psíquica) e o trabalho, e suas consequências sobre a saúde mental (DEJOURS, 2004).

O trabalho no domínio social se expõe como um recurso fundamental para o homem não excepcionalmente produzir e sobreviver, mas, para se realizar e se estruturar psiquicamente. A relação entre os aspectos subjetivo e coletivo pode resultar em prazer e/ou sofrimento (SALGADO; AIRES; SANTOS, 2010).

Trabalhar tem o sentido de buscar preencher a incompletude entre o real e o prescrito. Devido a esse fato, uma parte importante do trabalho real permanece na sombra, e não pode ser analisada. É preciso considerar também os acordos firmados entre os trabalhadores no meio coletivo, de uma equipe ou de um ofício, que sempre demonstra vetores duplos: por um lado, um objetivo de eficiência e de qualidade do trabalho por outro lado, um fim social (DEJOURS, 2004).

Segundo o dicionário da Língua Portuguesa *online* Dicio (2019), a subjetividade é o caráter do que é subjetivo; adjetivo. Que diz respeito ao sujeito. É o que se passa no íntimo do sujeito pensante (por oposição a objetivo, que diz respeito ao objeto pensado). Podendo ser variante de acordo com o julgamento, os sentimentos, os hábitos etc. de cada um; individual

Nos dizeres de Pagès (1976, p. 49 *apud* AMATUZZI, 2006), a subjetividade é a possibilidade de o indivíduo perceber adequadamente sua própria experiência subjetiva e é a condição mesma da mudança, pois ela restaura a possibilidade de o próprio indivíduo avaliar sua experiência e modificá-la.

Subjetividade é caracterizada como algo que varia de acordo com o sujeito, consistindo num tema que cada indivíduo pode interpretar da sua maneira, que é subjetivo. Desta forma, a subjetividade humana diz respeito ao sentimento de cada pessoa, como é a sua opinião sobre determinado assunto.

A subjetividade configura-se como um conjunto de fenômenos psíquicos e de consciência que o sujeito busca relacionar consigo. Refere-se à experiência de ‘ser sujeito’ partindo-se do processo mental e pessoal que proclama intencionalidade, sugere autonomia e autodesenvolvimento, ponderação e pensamento crítico em relação à realidade, constituindo, respectivamente, identificação e noção de alteridade. A realidade de trabalho é decifrada pelo sujeito que reage mental, afetiva e fisicamente. A subjetivação no trabalho é, assim, o elemento mediante o qual o trabalhador aflige sentido à sua realidade de trabalho, pelas formas de agir, pensar, sentir, tanto individual, quanto coletivamente (SALGADO; AIRES; SANTOS, 2010).

Ao tratar questões alusivas às relações entre trabalho e subjetividade, Dejours (2004, p. 27) esclarece que, “o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar”.

2.2.2 Prazer e sofrimento

O prazer tem início quando, em razão de seu zelo, o trabalhador se torna capaz de idealizar saídas favoráveis. A partir dessa conjuntura, prazer e sofrimento, em vez de auxílios para a alma, tornam-se elementos indissociáveis do trabalho (SALGADO; AIRES; SANTOS, 2010). A maioria dos profissionais sente prazer em realizar as tarefas intrínsecas à profissão, entretanto, as suas várias atribuições, como buscar atualizações constantes, dedicação de tempo excessivo as tarefas relacionadas ao trabalho, elevada concentração e diferentes critérios para analisar e trabalhar informações, acaba por ocasionar um grande desgaste físico e mental capaz de gerar a exaustão e o estresse, que acaba por levar ao sofrimento (CREPALDI; AVILA, 2015).

O sofrimento no ambiente de trabalho tem começo, mesmo que haja zelo, quando o trabalhador se torna inábil a desempenhar a suas tarefas de forma a corresponder às expectativas esperadas por elas (SALGADO; AIRES; SANTOS, 2010). O sofrimento, por sua vez, é um problema que atinge inúmeros profissionais e poucos distinguem estratégias para lidar com emoções negativas procedentes das vivências no trabalho.

Implica, antes de tudo, um estado de luta do sujeito contra forças que o estão empurrando em direção à doença mental. Aí, aparece outro conceito base na teoria de Dejours: o papel da organização do trabalho. É na organização do trabalho que devem ser procuradas estas forças. E ele esclarece que entende por organização do trabalho não só a divisão do trabalho, isto é, a divisão das tarefas entre os operadores, os ritmos impostos e os modos operatórios prescritos, mas também, e sobretudo, a divisão dos homens para garantir esta divisão de tarefas, representada pelas hierarquias, as repartições de responsabilidade e os sistemas de controle. Quando a organização do trabalho entra em conflito com o funcionamento psíquico dos homens, "quando estão bloqueadas todas as possibilidades de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos sujeitos", então emerge um sofrimento patogênico (DEJOURS, 2004, p.10).

Algumas situações cotidianas que causam sofrimento, podem ser: prazos reduzidos para entrega de trabalhos, demasia de informação, trabalho exercido sob pressão, acúmulo de tarefas e horas trabalhadas, convívio com colegas maus humorados (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

O trabalhador tende a criar mecanismos de defesa para se proteger do sofrimento. Mas, formas favoráveis ao produtivismo, desempenho e excelência, falhas nas mediações e no desenvolvimento de patologias sociais como a corrupção, abuso e servidão, geram sofrimento. Essas características essenciais ao sofrimento podem desempenhar a função de prejuízo à saúde e acaba por prejudicar a produtividade.

Segundo Dejours (2004), o trabalhador, ao sair da situação ocasionada pelo sofrimento e direcionar-se ao labor, acaba por ser explorado pela organização do trabalho e não pelo sofrimento em si, mas, principalmente, pelas ações a favor desse sofrimento. Para esse autor, o sofrimento é intrínseco à condição do homem e age como imobilizador dos investimentos para modificar a realidade.

A psicodinâmica do trabalho norteia-se para pesquisar ações praticadas no ambiente de trabalho, de forma a avaliar criticamente e a reconstruir a organização do trabalho, que é o agente ocasionador do sofrimento, devido ao confronto da relação trabalho e capital. O trabalho, porém, apresenta valor expressivo para as sociedades, uma vez que, através dele, a pessoa se relaciona com a coletividade, com a prática social e com ela mesma. Mesmo assim, a psicodinâmica distingue o trabalho como fonte de prazer e sofrimento. Nessa perspectiva, a fonte do prazer habita na valorização e no reconhecimento da pessoa, de maneira a consentir o uso da criatividade e a expressão de uma marca subjetiva. Enquanto que, a fonte de sofrimento se encontra na divisão e na uniformização de tarefas que subutiliza o potencial e a criatividade, na rigidez hierárquica e pouca expectativa de crescimento. O sofrimento sucede também da falta de harmonia entre o sujeito e a realidade estabelecida pelas condições de trabalho, que conglomeram as relações humanas da organização, como o caso das chefias e da relação com os demais trabalhadores (PAULA; MORAES, 2016).

Ao investigar as vivências de prazer-sofrimento de alguns trabalhadores, alguns estudos apontam que os indicadores de prazer e sofrimento no trabalho têm conceito positivo na realização profissional e nos fatores de liberdade de expressão. Referente ao esgotamento emocional que envolve aspectos, como sobrecarga, estresse, descontentamento, insegurança, a situação foi crítica e sugere sofrimento. Mas o prazer pode ser influenciado pelos aspectos inerentes às relações sociais, profissionais, psicológicas e cognitivas. No tocante ao sofrimento, os fatores que mais podem explicar as suas variações procedem das relações sócios profissionais, danos psicológicos, físicos e desgastes afetivos (FERREIRA, 2011).

O sofrimento e as defesas funcionam como reguladores da saúde psíquica dos trabalhadores, tendo em vista, que é através do sofrimento que a pessoa usa a mobilização subjetiva para lidar com a dor. Por exemplo, organizações de trabalho rígidas com o poder decisório centralizado na figura da direção (ou seja, onde as pessoas não têm autonomia para reger as suas funções, o ritmo de trabalho é acelerado e com grandes pressões, apresentam uma sobrecarga de trabalho e dificuldade na relação das pessoas, com processo de trabalho individualizado e fragmentado), promovem consequências negativas para a saúde dos

trabalhadores, uma vez que, as pessoas não têm espaço para usarem recursos da mobilização subjetiva para tornar o sofrimento vivenciado em prazer (EUFRASIO; FACAS, 2014).

Os aspectos físicos e estado geral de saúde são expressivamente diferentes entre as pessoas. Determinados profissionais podem alcançar bons resultados referentes ao domínio da capacidade funcional, sugerindo um desempenho produtivo da categoria profissional, mas também podem não apresentar bons resultados, quando se refere ao vigor físico e mental, resultado que pode interferir negativamente em sua qualidade de vida, ocasionando sofrimento (RIBEIRO, 2007).

Existem ainda aos fatores de risco para a saúde, que podem estar associados a má alimentação, falta de atividades físicas, ausência do ambiente familiar, dentre outros entretenimentos geradores de prazer e bem-estar. Além disso as condições de trabalho associadas à estrutura psicológica do trabalhador são determinantes do adoecimento psíquico.

Por meio de uma análise crítica, com base em conceitos-chave da Psicodinâmica do Trabalho e as diferenças e pontos em comum dos efeitos da intensificação do trabalho na saúde e subjetividade do professor, em especial o do Ensino Fundamental, interiorizado/precarizado e o professor-pesquisador inscrito na cultura da excelência acadêmica, evidencia-se que o gerencialismo e o pragmatismo das políticas educacionais colocam os docentes em condição de sujeitos vulneráveis ao adoecimento. Os profissionais são conduzidos a uma adaptação acrítica, pela via da produção a todo custo, de forma a engendrar ideias de amor e prazer como perniciosas. Mesmo os críticos da ideologia gerencialista, naturalizam a dedicação exacerbada com o argumento de realização/prazer no exercício da docência. É essencial investigar o quanto essa vivência docente pode se tornar vetor de adoecimento e colocar em xeque o perfil quase heroico do professor pesquisador que na busca de autossuperação e reconhecimento, intensifica seu ritmo de produção e acaba se transformando em um algoz de si e de seus pares (RIBEIRO *et al.*, 2016).

A psicodinâmica do trabalho de Dejours (2004) pode contribuir para compreender o contexto de prazer e sofrimento que procede do trabalho docente. Trata-se de uma compreensão mais ampla das relações entre a atividade laboral e a questão da saúde psíquica do trabalhador. É, portanto, um referencial importante na área clínica e da saúde mental relacionada à organização do trabalho. Pode subsidiar os estudos e as intervenções aplicadas ao processo saúde-doença do trabalhador, bem como às patologias do trabalho.

Cabe destacar que saúde no trabalho não representa ausência de sofrimento, mas estratégia de defesa e mecanismo de transformação do sofrimento na busca pelo prazer e realização. Na abordagem da psicodinâmica, as estratégias defensivas são capazes de propiciar

ao trabalhador, de maneira individual ou coletiva, uma relação mais prazerosa com o trabalho, através do reconhecimento, que é um fator importante no processo de construção da identidade do trabalhador em sua atividade nas organizações. Além disso, na busca do prazer para escapar ao sofrimento, o trabalhador pode ainda se engajar subjetivamente no trabalho objetivando a transformação de fatores causadores do sofrimento em prazer.

São comuns os relatos de diversos tipos de adoecimento docente, dentre eles a depressão, distúrbios afetivos e o estresse, que são formas encobertas de defesas patogênicas e de sofrimento. Nos casos de adoecimento há uma trama de dimensões éticas, políticas e afetivas em jogo. A educação deveria ser condizente com ideal de justiça social, e de transformação da realidade. Como isto não é possível num cenário de mercantilização do saber, no trabalho docente evidenciam-se as frustrações cotidianas, disputas e exigências de desempenho. No mesmo sentido, as atividades e demandas multiformes das tarefas exigidas tornam um fardo o cotidiano de trabalho. As atividades administrativas são em grande parte apontadas como as mais fatigantes e muitas vezes limitadoras de investimento em outras atividades, o que desencadeia disposições de sofrimento, estresse e/ou adoecimento (SILVA, 2013).

O discurso focado na qualidade e na eficiência ignora processos de controle e de manipulação da subjetividade docente. Um modelo de gestão heterônomo implica fragilização política, estresse e adoecimento. Ao incitar o individualismo pela regulação avaliativa punitiva, sutilmente manipula-se a vaidade, acarretando em uma competitividade mórbida. Relações de trabalho atreladas à uma racionalidade diversa, tendem a afastar as metas idealizadas do cotidiano concreto. Muitos professores do Ensino Fundamental, por exemplo, expressam ressentimentos pelo que denominam distanciamento ou perda da “função social” da universidade (PIOLLI; SILVA; HELOANI, 2015).

O exercício de uma profissão deve ser analisado com base em seu papel social e alguns professores de fato percebem seu trabalho como vocação, uma atividade que envolve um propósito altruísta. Todavia, encontram-se também docentes que podem estar naturalizando o sofrimento advindo de seu trabalho e se submetendo voluntariamente a privações que ao longo do tempo geram ressentimento, angústia e frustração. Nesse sentido, é necessário encontrar caminhos que viabilizem uma vivência mais positiva para docentes, na medida em que deve ser estimulado um aprofundamento de sua reflexão sobre os sentidos do trabalho e vínculos profissionais (IRIGARAY *et al.*, 2019).

Com base nos estudos apresentados nesta seção, compete observar que o trabalho docente tem sofrido inúmeros impactos, sobretudo, pelas mudanças advindas da reconfiguração social do trabalho pelo capitalismo. Nesse contexto, incidiu sobre o trabalho do professor um

vasto campo de informações e inovações tecnológicas, além de um grande contingente de políticas públicas educacionais inerentes não apenas relacionadas à expansão do seu papel no espaço escolar, mas com foco ao seu desempenho. Essa intensificação do trabalho docente está associada a novas formas de se produzir o conhecimento, mediante o novo contexto do capitalismo, e o seu consumo, no qual coexistem demandas que exigem cada vez mais o empenho profissional do docente. Nesse viés, o trabalho do professor legitima o sofrimento e o adoecimento.

Ao incorporar as mudanças do capitalismo, que, por sua vez, modificaram estruturalmente o sistema produtivo e as relações de trabalho, instituiu-se maior instabilidade na prática docente, o que findou na geração de uma ansiedade e estresse no ambiente de trabalho. A dialética do atual sistema produtivo requer que se produza mais com menos recursos, fazendo com que o professor busque maior qualidade e eficiência, mais qualificação e novas competências. Mas esse modelo de produção pode resultar em prazer e/ou sofrimento.

Na seção seguinte, abordaremos o universo da pesquisa documental, buscando apresentar resultados e discussão acerca do estudo sobre o adoecimento e afastamento de professores nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino de Patos de Minas/MG, no período de 2018 e até o final de 2019. Para tanto, estão indicados procedimentos, tabelas e análises de dados.

3 ADOECIMENTOS E AFASTAMENTOS DE PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE PATOS DE MINAS, DE 2018 A 2019

Nesta seção, discutimos a pesquisa documental realizada na cidade de Patos de Minas sobre o afastamento dos professores nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino de Patos de Minas/MG e as causas dos adoecimentos dos mesmos. Assim, apresentamos como realizamos a pesquisa, os procedimentos adotados e a discussão dos resultados.

3.1 A pesquisa: características, natureza e fundamentos

Para fins do estudo sobre o adoecimento e afastamento de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da cidade de Patos de Minas/MG, no ano de 2018 até o fim de 2019, foi proposta uma pesquisa documental realizada na Secretaria de Administração da Prefeitura de Patos de Minas, onde, a partir de 2018, foi implantado um *software* contendo o levantamento de dados sobre os afastamentos de docentes por motivos variados, como estresse, fadiga física e mental, ansiedade, bem como outros problemas relacionados ao ambiente da prática escolar. O período empregado para fins deste estudo foi a partir de 2018 em razão de que anteriormente não havia bancos de dados relacionados ao problema investigado.

A pesquisa documental procede de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados, conforme os objetos da pesquisa, pois envolve documentos de arquivos, instituições, relatórios (GIL, 2008). Contudo, a pesquisa documental permitiu uma abordagem qualitativa e quantitativa dos casos de afastamentos de docentes nas escolas da Educação Básica de Patos de Minas.

Ranpazzo (2004, p. 51) caracteriza a pesquisa documental como uma importante forma de se compreender um tema: “a pesquisa é chamada de ‘documental’ porque procura os documentos de fonte primária, a saber, os ‘dados primários’ podem ser encontrados em arquivos, fontes, estatísticas e fontes não escritas”.

A análise documental é um “estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre leis estaduais de educação, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros-texto etc.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 111).

A pesquisa documental foi realizada no município Patos de Minas/MG e teve início a partir de um contato com o Secretário de Administração da cidade, que, por sua vez, permitiu

a consulta de documentos que se encontravam armazenados em um *software* na Secretaria Municipal de Administração.

Todas as informações obtidas no respectivo banco de dados da Secretaria Municipal de Administração encontram-se apresentadas em forma de gráficos, mais adiante neste estudo, permitindo a identificação de doenças que podem ter relação com o trabalho docente, bem como a descrição dessas doenças de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID), levando em consideração os anos de 2018 e 2019. Ademais, a pesquisa permitiu ainda apontar a quantidade de docentes afastados, no mesmo período, bem como as instituições, incidências dos casos e custos de afastamentos por manifestações de sofrimento relacionados ao trabalho de professores. Porém, ressalta-se que não foi levantada a realidade onde estão inseridas as respectivas escolas de Patos de Minas/MG.

Para o levantamento dos dados, foi realizada inicialmente uma solicitação ao secretário da Secretaria Municipal de Administração de Patos de Minas/MG, requerendo a permissão (Apêndice A) para o acesso ao link do programa em que se encontram os dados referentes aos afastamentos docentes por enfermidades.

3.2 Procedimentos

A coleta dos dados foi feita pelo acesso ao *software* da Secretaria Municipal de Administração, na Prefeitura Municipal de Patos de Minas/MG. Os dados coletados fazem parte da competência da Gerência de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho e Assistência ao Servidor instituída pela referida secretaria, através de painéis criados com base nos atestados médicos entregues ao respectivo setor. O *software* foi criado pelo técnico em segurança do trabalho da Prefeitura de Patos de Minas, Ronne Leandro, no ano de 2018, e dados coletados constam nas páginas de 1 a 6, na planilha do referido programa de *software*.

Os painéis deste *software* registram dados variados referentes às categorias de funcionários públicos do município e demonstram informações sobre todas as secretarias e seus respectivos cargos, despesas, número de atestados, total de dias perdidos, afastamentos por diferentes tipos de enfermidade, sendo examinado apenas os afastamentos de professores efetivos que atuam no Ensino Fundamental. Foi realizado somente o recorte das informações sobre as doenças que envolvem transtornos mentais e comportamentais que podem estar ligados ao trabalho docente, cujos resultados levaram ao afastamento de docentes.

Destacamos que foi considerado apenas os casos de afastamentos de professores por motivos de transtornos mentais e comportamentais, devido estas doenças terem se destacado

mais do que os afastamentos por outros motivos, conforme ficou evidenciado na a pesquisa documental.

Conforme o estudo de Penteado e Souza Neto (2019), a problemática do mal-estar, dos sofrimentos e dos adoecimentos de professores podem culminar em transtornos mentais e comportamentais como, ansiedade, estresse, depressão, exaustão emocional e Burnout (síndrome de esgotamento profissional).

A pesquisa foi realizada no período de janeiro 2018 até o final de 2019, a qual permitiu a coleta de dados sobre o adoecimento e afastamentos de docente e análise de documentos registrados na Gerência de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho e Assistência ao Servidor, que compõe a Secretaria Municipal de Administração, além de audiências com servidores responsáveis por essa área na respectiva secretaria.

Foram utilizadas informações coletadas nos recortes extraídos dos gráficos relacionados aos afastamentos docentes e foram confeccionados outros gráficos demonstrativos da quantidade de afastamentos e as respectivas enfermidades relacionadas ao trabalho docente com a comprovação da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Destacamos que a amostragem populacional foi de 387 professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 15 escolas, sendo seis na zona rural e as demais na área urbana, com alunos da pré-escola ao 9º Ano. Em razão de ser um número variável ano a ano, não foi levado em conta o número de professores contratados. Para Lakatos e Marconi (2001, p. 108), a amostragem populacional é “o conjunto de seres animados e inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”.

3.3 Dados documentais em análise

Para análise e interpretação dos dados levantados Junto à Gerência de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho e Assistência ao Servidor, na Secretaria Municipal de Administração, foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa, apresentada por meio de tabelas que demonstram o percentual de afastamentos dos professores. As tabelas elaboradas a partir dos dados coletados encontram-se analisadas na próxima parte deste estudo mais detalhadamente.

A pesquisa qualitativa é aquela que apresenta metodologia de caráter exploratório, geralmente com resultados não contabilizados em números. No entendimento de Lakatos e Marconi (2009), o foco desse método de pesquisa está no caráter subjetivo do objeto analisado, cujo a coleta de dados pode ser feita de diversas maneiras, como, por exemplo, através de grupos

de discussão (*focus groups*) e entrevistas qualitativas. É muito empregada em pesquisa que buscam compreender o porquê de determinados comportamentos ou a análise descritiva deles. Ademais, a pesquisa qualitativa é muito usada para compreender e interpretar comportamentos e tendências, bem como na identificação de hipóteses para um problema e na descoberta das percepções e expectativas sobre ele com a devida solução.

Minayo (2001), ao explicar sobre a pesquisa quantitativa, ressalta o uso de termos matemático nessa modalidade para o entendimento da realidade. Seu efeito é a assimilação da linguagem de variáveis para citar características do objeto de investigação. As bases da pesquisa quantitativa nas ciências sociais são princípios clássicos usados nas ciências da natureza:

- a) o mundo social opera de acordo com leis causais
- b) o alicerce da ciência é a observação sensorial
- c) a realidade consiste em estruturas e instituições identificáveis enquanto dados brutos por um lado e crenças e valores por outro. Estas duas ordens se correlacionam para fornecer generalizações e regularidades
- d) o que é real são os dados brutos; valores e crenças são dados subjetivos que só podem ser compreendidos através dos primeiros (MINAYO, 2001, p. 7).

O método quantitativo tem como centro para explicar a realidade social a questão da objetividade, com dados objetivos. Os positivistas consideram que a análise social pode ser objetiva se for realizada por instrumentos padronizados e neutros. A linguagem das variáveis permite demonstrar generalizações com objetividade e precisão (MINAYO, 2001).

Objetivando a análise e compreensão dos dados coletados na pesquisa junto à Gerência de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho e Assistência ao Servidor, na Secretaria Municipal de Administração de Patos de Minas/MG, são apresentados o CID, com base na Portaria/MS N.º 1.339/1999, dos transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho. A tabela 1 elenca essas doenças e seus respectivos CID.

Tabela 1 – Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho e a referência da CID

Doenças	CID
Demência em outras doenças classificadas em outros locais	F02.8
Delirium, não-sobreposto à demência, como descrita	F05.0
Transtorno cognitivo leve	F06.7
Transtorno orgânico de personalidade	F07.0
Transtorno mental orgânico ou sintomático não especificado	F09.0
Alcoolismo crônico (relacionado ao trabalho)	F10.2
Estado de estresse pós-traumático	F43.1
Episódios depressivos	F32.0
Neurastenia (inclui síndrome de fadiga)	F48.0
Outros transtornos neuróticos especificados (neurose profissional)	F48.8
Transtorno do ciclo vigília-sono devido a fatores não-orgânicos	F51.2
Sensação de estar acabado (síndrome de <i>Burnout esgotamento</i> profissional)	Z73.0

Fonte: Elaboração do pesquisador (2019).

As doenças que aparecem na Tabela 1 estão elencadas para que se possa ter uma compreensão mais ampla do número de adoecimento que podem afetar o professor na sua prática diária, causando-lhes o afastamento do trabalho. Vale lembrar que o objetivo principal deste estudo é a identificação do número de afastamentos de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de Ensino de Patos de Minas/MG, com detalhamento dos casos baseado na análise dos principais efeitos do capitalismo na prática docente e sua repercussão na saúde deles.

A tabela 2 traz explicitadas as doenças que podem estar associadas ao trabalho docente, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças, no ano de 2018.

Tabela 2 - Doenças ocupacionais dos professores, em 2018, e a referência da CID.

DOENÇAS	CID
Transtorno de Pânico	F41.0
Transtorno Misto Ansioso e Depressivo	F41.2
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual leve	F33.0
Reação Aguda ao Stress	F43.0
Episódio depre. Moderado	F32.0
Episódio depre. Moderado	F33.1
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual grave sem sintoma psicótico	F33.2
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual Moderado	F33.1
Transt. Depre. Recor. Sem Especificação	F33.9
Ansiedade generalizada	F41.1
Mal estar fadiga	F 53
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual Grave sem Sintoma Psicótico	F33.3
Episódio Depressivo	F32.9

Fonte: Elaboração do pesquisador (2019)

A relação de doenças apresentadas na Tabela 2 indica a fragilidade que se encontram no trabalho docente, no contexto atual da educação brasileira. Com base nos autores estudados, compreende-se que há uma variedade de doenças que podem acometer os professores no cotidiano escolar, isso devido ao fato de que, na maioria dos casos, não estão preparados para enfrentar os desafios que a sociedade capitalista vem impondo sobre a educação e demandas que o mercado globalizado vem exigindo, nesse contexto. É fato ainda que tudo isso tem produzido uma constante tensão na realização das atividades docentes.

De acordo com os estudos já abordados anteriormente, é possível compreender que fatores, como aumento da carga horária, a desvalorização do profissional, tanto salarial quanto ao acúmulo de serviço, dentro e fora das escolas, têm causado diversos problemas a sua saúde. Em destaque, Mendes (2011) ressalta que essa é uma realidade vivenciada pelo docente, que, por sua vez, tem sido a causa do seu adoecimento, como esgotamento físico e mental, transtorno

de ansiedade, alto grau de estresse, entre outras doenças, motivando-os ao afastamento constante de suas atividades.

Uma observação importante a ser acrescida é a de que políticas externas têm levado o país a participar de acordo internacionais, os quais têm interferido nas políticas educacionais internas, como a melhoria da qualidade na educação, cujo dados apresentados pelo PISA têm colocado o país entre as piores na educação do mundo, levando em conta as nações avaliadas. E isso tem recaído sobre a escola e a prática docente, com uma exigência maior e responsabilização dos profissionais envolvidos (gestores, professores, supervisores e comunidade escolar).

Tendo como base o ano de 2018, pode-se destacar que foram identificadas várias doenças nas escolas municipais dos anos iniciais do Ensino Fundamental, como transtorno do pânico, transtorno de ansiedade, depressão, estresse, mal-estar, fadiga e episódios de depressão, porém sem sintomas psicóticos. Pode-se suspeitar ou quase que afirmar que todos esses problemas de saúde estão relacionados às exigências e responsabilização dos profissionais sobre os baixos índices que vêm sendo atingidos pela educação nas avaliações observadas por mecanismos internacionais. As avaliações externas são exemplos de como a educação brasileira tem sido caracterizada pela a falta de qualidade e a alta cobrança do docente.

A tabela 3 expõe as doenças identificadas em relação ao trabalho dos professores nas escolas da rede municipal de ensino de Patos de Minas, bem como sua referência na CID, no ano de 2019.

Tabela 3 - Doenças ocupacionais dos professores, em 2019, e a referência da CID.

DOENÇAS	CID
Transtorno de pânico	F41.0
Transtorno misto ansioso e depressivo	F41.2
Episódio depressivo leve	F32.0
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual leve	F33.0
Reação aguda ao stress	F43.0
Episódio depre. Moderado	F32.1
Transt. Depre. Recor. Epis. Atual grave sem sintoma psicótico	F33.2
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual moderado	F33.1
Transt. Depre. Recor. Sem especificação	F33.9
Ansiedade generalizada	F41.1
Mal estar fadiga	F 53
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual grave sem sintoma psicótico	F33.3
Episódio depressivo	F32.9
Episódio depre. Grave s/ sint. Psicótico	F32.2
Episódio depre. Grave c/ sint. Psicótico	F32.3

Fonte: Elaboração do pesquisador (2019)

Na Tabela 3 novamente é visto que o problema perdurou de 2018 a 2019, demonstrando a permanência do adoecimento dos professores. Contudo, problemas como transtorno do pânico, transtorno misto ansioso e depressivo, ansiedade generalizada, fadiga, entre outros, continuaram a afetar o trabalho docente. A proposta que deveria surgir a partir de problemas já abordados no ano anterior seria o levantamento dos afastamentos, bem como suas causas, e, partir dos dados coletados, a adoção de medidas mitigatórias do problema, como maior assistência ao trabalho do professor, a inserção de mais material didático e tecnologias, bem como melhoria no ambiente de trabalho e melhores salários, além da redução da sobrecarga de trabalho, a qual está sujeito o docente diariamente. Acredita-se que, a partir dessas medidas, o docente possa ter a melhoria do seu bem-estar no ambiente e poder dedicar mais ao seu aperfeiçoamento.

Vale lembrar que o professor Maurício Valladão, da Faculdade Cambury, (2018), demonstrou em sua pesquisa que o acúmulo de estresse sofrido pelo docente tem sido uma das causas de maiores afastamentos do trabalho. Foi dito pelo INSS que há uma estimativa de que, em 2030, os professores serão os profissionais com maior número de afastamentos em razão de problemas de saúde e transtornos mentais. O estresse constante será a maior causa desses problemas, apontando que pode estar associado às questões salariais, a demanda de muitas horas de trabalho, as condições do ambiente físico, a falta de suporte ao trabalho docente e às cobranças feitas pelos gestores escolares. Contudo, a pesquisa conclui que tais problemas devem fazer parte da agenda dos governos, que ainda não tendo dado ênfase a eles nem apresentado medidas que possam atenuar os riscos de doenças ocupacionais.

3.3.1 Afastamentos de docentes

Conforme já foi visto anteriormente, o número de professores efetivos lotados nas escolas da rede municipal de ensino de Patos de Minas/MG é 387 profissionais, que atuam nos iniciais do Ensino Fundamental. O número de afastamentos apresentados nas tabelas 4 e 5 levou em consideração apenas os anos de 2018 e 2019. Os dados foram coletados na Secretaria Municipal de Administração de Patos de Minas/MG. A tabela 4 traz o levantamento dos professores afastados no ano de 2018, tendo como base a população levantada de 387 professores efetivos e lotados nas escolas da rede municipal de ensino.

Tabela 4 – Identificação da quantidade de docentes afastados por tipo de doença, em 2018

DOENÇAS	Quantidade de Casos
Transtorno de pânico	13
Transtorno misto ansioso e depressivo	11
Episódio depressivo leve	10
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual leve	10
Reacao aguda ao stress	8
Episodio depre. Moderado	5
Transt. Depre. Recor. Epis. Atual grave sem sintoma psicotico	5
Transt. Depre. Recor.episo. Atual moderado	2
Transt. Depre. Recor. Sem especificação	2
Ansiedade generalizada	2
Mal estar fadiga	2
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual grave sem sintoma psicotico	1
Episódio depressivo	1
Total	62

Fonte: Secretaria Municipal de Administração (2019).

Com base nos números de casos de afastamentos e doenças que ocasionaram os professores da rede municipal de Patos de Minas/MG, no ano decorrente de 2018, pode-se observar que 13 profissionais foram afastados em razão do transtorno do pânico. Não foi observado se o mesmo docente afastou por mais de uma vez, porém o número destaca devido as pressões que vêm sofrendo diante das exigências por parte da escola e do gestor, nesse caso, representado pela Secretaria Municipal de Educação.

O transtorno do pânico, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), é um problema de saúde que apresenta quadro de ansiedade repentina e intensa com forte sensação de medo ou mal-estar, seguido de sintomas físicos com duração de 15 a 30 minutos. Provoca um intenso sofrimento psíquico com mudanças de comportamento em razão do medo da ocorrência, o que leva o paciente até o médico na busca de causas orgânicas para os sintomas. Como foi visto na pesquisa essa doença têm levado o afastamento dos professores. O adoecimento do paciente pode ser causado por situações extremas de estresse.

É fato que atualmente os professores têm passado por constantes cobranças e situações que, no entendimento de Oliveira *et al.*, (2015), têm lhes ocasionados sofrimento, como prazos menores para trabalharem os conteúdos programados às aulas, o acesso a muitas informações, trabalho sob pressão (tanto por parte da escola como pelas autoridades competentes e comunidade escolar, a acumulação de tarefas com cargas excessivas de trabalho, visto que a remuneração é baixa e isso exige que assumem mais carga de trabalho, convívio com outros professores que, por sua vez, enfrentam também situações de sofrimento. Contudo, esse sofrimento é visto como um mecanismo de defesa frente o produtivismo, maior desempenho e excelência do serviço prestado cada vez mais exigido nas sociedades capitalistas. Mas, diante

dessa situação, primeiramente é preciso haver um trabalho realizado no espaço escolar, com novas práticas educativas e valorização profissional, além de terapia de grupos, para que os docentes possam desempenhar suas aulas sem prejuízo a sua saúde.

Ainda em análise aos afastamentos apresentados na tabela 4, é visto que 11 professores apresentaram o transtorno misto ansioso e depressivo. Numa visão mais ampla, pode-se inferir que esse tipo de transtorno são mecanismos empregados no enfrentamento de problemas altamente desafiadores, os quais superam a capacidade comum do professor em lidar com eles. De acordo com Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), o transtorno misto ansioso e depressivo é uma reação desproporcional a situações incomuns no ambiente de trabalho que comprometem o desempenho profissional, que pode resultar na alteração de comportamento e comprometer o desempenho de atividades rotineiras.

Outro destaque na análise dos afastamentos dos professores na rede municipal de ensino é o número de episódios de depressão leve, o total de 10 afastamentos no ano de 2018. Nesse aspecto, vale destacar que o quadro de depressão vem complementar problemas afetos à desvalorização do profissional docente, que tem sido abordada com frequência nos estudos apresentados por diversos autores. Martins (2017), dentro do paradigma multicausal, adverte que a saúde dos trabalhadores tem sido prejudicada pelas más condições de vida ocasionada por baixos salários, a exigência de um maior esforço na sua prática diária e a tensão psicológica vivenciada diariamente em razão da produtividade exigida.

A reação aguda ao estresse também tem sido causa de afastamento de professores nas escolas investigadas. Na análise da pesquisa, foi observado o afastamento de 8 professores. Nesse caso, percebemos que, segundo Piolli *et al.* (2015), a tendência das relações de trabalho se atrelam à racionalidade heterônoma, na proporção que as metas idealizadas têm se afastarem do cotidiano concreto, porém, em muitos casos, essa idealização do trabalho tende a frustrar o docente, que percebe não poder atingi-las, configurando-se o estresse e conflitos nas relações laborais. O estresse é resultante da introspecção de metas a serem alcançadas pelo professor na sua prática diária e que, por motivos diversos, como alta carga de trabalho, más condições de vida etc., não tem sido realizada.

Temos ainda na análise da pesquisa, casos de 5 afastamentos por motivo de depressão com episódios moderados e outros 5 sem sintomas psicóticos. O fato é que a depressão, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), é um problema afeto à saúde mental do indivíduo. Mendes (2011) pontua que a saúde mental, igualmente a outros problemas de saúde, pode estar associada à questões de aspectos socioeconômicos, o que é comum na vida do docente devido à baixa remuneração. Nesse aspecto, compete observar que, em razão dessa

baixa remuneração, o professor tem assumido uma alta carga de trabalho, assumindo até dois horários de trabalho, obviamente acarretando o seu desgaste físico e mental. Fora da escola, o professor ainda enfrenta muito trabalho em casa, como preparar aulas, a correção de trabalhos e avaliações escolares, etc., e tudo isso tem acarretado o seu adoecimento, entre eles, o estresse.

Além dos problemas de afastamento já apontados anteriormente, a pesquisa evidenciou casos de depressão sem especificação (2 casos), ansiedade generalizada (2 casos), mal-estar e fadiga (2 casos) e depressão (1 caso). Souza (2013) expõe que, para a OMS, o professor enfrentará frente a sua prática problemas de saúde, como transtornos mentais leves, entre eles a ansiedade e depressão, e também transtornos mentais graves, como psicoses, manias e esquizofrenia. Alves (2011) atribui as causas desses problemas afetos a saúde docente devido à remuneração baixa, descaso e insatisfação no trabalho, associados à falta de acesso a bens serviços e à desvalorização profissional e social.

Numa visão mais ampla e particular dos espaços escolares, pode-se evidenciar que a educação enfrenta, hoje, precariedade do ambiente físico, grande número de alunos por salas, baixa remuneração dos docentes, excesso de trabalho, políticas educacionais em desacordo com as reais necessidades das escolas, entre outras. E tudo isso têm refletido sobre a saúde do docente. Ademais, muitas dessas questões têm-se caracterizado pela lógica dos interesses internacionais que direciona a educação mais para um produto, um modelo educacional ajustado aos interesses e exigências da economia neoliberal global, do que um ensino voltado à realidade vivenciada pelas escolas, como um todo, e ideais pedagógicos que atendam à formação humana e ser social.

Mendes (2011) observa que as escolas e professores não estão preparados para os desafios que estão surgindo no contexto educacional brasileiro, gerando, portanto, uma constante tensão na realização das atividades docentes. As exigências e responsabilização impostas aos docentes têm sido desgastantes, fazendo com que se sintam incompetentes diante delas, até porque não são preparados para esse novo contexto que se desdobra, o qual ignora processos de controle e de manipulação da subjetividade docente, onde a gestão heterônoma tem provocado a fragilização política da profissão docente e, em muitos casos, o adoecimento docente.

A seguir, a tabela 5 traz a identificação da quantidade de docentes afastados, em 2019, caracterizando as doenças que os levaram ao afastamento do trabalho.

Tabela 5 – Identificação da quantidade de docentes afastados por tipo de doença, em 2019.

DOENÇAS	Quantidade de casos
Transtorno de pânico	11
Transtorno misto ansioso e depressivo	4
Episódio depressivo leve	11
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual leve	5
Reacao aguda ao stress	--
Episodio depre. Moderado	3
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual grave sem sintoma psicótico	15
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual moderado	3
Transt. Depre. Recor. Sem especificação	--
Ansiedade generalizada	2
Mal estar fadiga	4
Transt. Depre. Recor. Episo. Atual grave sem sintoma psicótico	--
Episódio depressivo	--
Episódio Depre. Grave s/ sint. Psicótico	10
Episódio Depre. Grave c/ sint. Psicótico	3
TOTAL	71

Fonte: Elaboração do pesquisador (2019)

Com pequenas mudanças, pode-se observar que as doenças causadoras dos afastamentos são praticamente as mesmas, porém havendo uma elevação do número de casos, sendo que, em 2018, tivemos 62 afastamentos, e, em 2019, o número subiu para 71. Em destaque, foi visto o aparecimento de casos de depressão grave com e sem sintomas psicóticos, além da redução nos transtornos mistos de ansiedade e depressão, que caíram de 11 afastamentos para apenas 4, em 2019. Mas, mesmo assim, os casos de afastamentos continuam a ocorrer nas escolas da rede municipal de ensino de Patos de Minas, acusado pela Secretaria Municipal de Administração com o sistema de monitoramento deles. Vale ressaltar que, na análise da pesquisa, não foi visto nenhuma medida por parte da gestão pública para evitar ou amenizar esses afastamentos e os problemas que os têm ocasionados.

É importante destacar ainda queda nos casos de afastamentos devido a reação aguda ao estresse, que zerou, no ano de 2019. Porém houve um aumento de 200% nos casos de afastamentos por causa do transtorno depressivo grave sem sintomas psicóticos, ou seja, os casos subiram de 5, em 2018, para 15, em 2019. Também um acréscimo de 100% nos casos de mal-estar e a fadiga. Contudo, não foi possível na análise da pesquisa documental obter as causas desse aumento tão expressivo dos transtornos depressivos graves sem sintomas psicóticos, bem como do mal-estar e da fadiga.

Em análise das demais doenças que levaram ao afastamento dos docentes na rede municipal de educação de Patos de Minas/MG, ressalta-se que houve pouquíssimas alterações nos números, mantendo-se quase os mesmos números de afastamentos apresentados no ano de 2018.

Tendo como base os casos de afastamentos em 2018 e 2019, é possível comentar que, apesar dos dados constarem registrados na Secretaria Municipal de Administração, não foi perceptível que houvesse medidas preventivas voltadas a esses afastamentos, bem como um trabalho sobre saúde ocupacional realizado junto aos docentes nas escolas. É certo observar que um trabalho precisa ser feito junto aos docentes da rede municipal, tendo em vista os números e as doenças que têm causado os afastamentos contabilizados na respectiva secretaria.

3.3.2 Locais, números, dias e custos dos afastamentos, em 2018 e 2019

Nesta parte, são apresentados os locais de incidência dos afastamentos, incluindo docentes nas escolas da Secretaria Municipal de Educação, que, de certa forma, estão envolvidos no trabalho docentes nas escolas municipais de educação básica, os números de atestados, os dias perdidos contabilizados e o custo financeiro aos cofres públicos da Prefeitura de Patos de Minas/MG

A tabela 6 apresenta os locais de ocorrências e números de atestados, bem como o total de dias perdidos com o afastamento tanto de docentes quanto de servidores da Secretaria Municipal de Educação, em 2018, cujos dados foram coletados juntos à Secretaria Municipal de Administração.

Tabela 6 - Locais de ocorrência, nº. de atestados e dias de afastamentos, em 2018

Local de ocorrências dos atestados	Atestados	Dias afastados
Secretaria Municipal de Educação	937	14.000
Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental	429	4.534

Fonte: Elaboração do pesquisados (2019)

De acordo com os dados apresentados na tabela 6, constata-se que, no decorrer de 2018, houve 937 casos de atestados com afastamentos, com servidores da Secretaria Municipal de Educação, sem uma descrição precisa desses casos; e outros 429 afastamentos de docentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino de Patos de Minas/MG. Vale observar que foram 62 casos de doenças com afastamentos dos docentes, nesse ano (tabela 4), destacando números altos de transtornos do pânico, ansiedade, depressão e estresse.

O total de dias perdidos deve ser considerado alto e preocupante ao gestor do Município, não apenas por questões de dispêndio de recursos públicos, mas o maior problema

dos afastamentos é o prejuízo no processo de ensino-aprendizagem, pois a continuidade deste tipo de trabalho com os mesmos profissionais é decisivo para a obtenção de bons resultados.

É visto ainda que os números indicam a necessidade de estudos mais profundos sobre o adoecimento e afastamentos nas escolas e secretaria de educação do Município, buscando elencar as causas e medidas preventivas ao problema. É importante ressaltar que a legislação brasileira determina que o empregador, nesse caso a Prefeitura Municipal de Patos de Minas/MG, garanta a integridade física e saúde ao trabalhador, através de normas e medidas protetivas dos riscos ameaçadores no ambiente de trabalho. É possível que sejam adotadas medidas técnicas, médicas e educacionais nas escolas que possam assegurar aos docentes a sua integridade física e mental e a capacidade de manter ativa na prática docente.

A garantia da saúde do docente pode ser feita através da adoção de programas de gestão de segurança por parte da Prefeitura de Patos de Minas, mais precisamente com ajuda de um profissional da área de segurança (técnico de segurança do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho).

Em conformidade com o levantamento de dados junto a Secretaria Municipal de Administração de Patos de Minas/MG, foi possível observar que o custo dos afastamentos é muito alto para o erário público, sendo uma despesa anual de R\$ 546.950,00 com pagamentos de professores afastados e novas contratações para substituí-los no ano de 2018. Nesse aspecto, convém esclarecer que investimentos em programas de gestão de segurança e o melhoramento das condições de trabalho dos docentes, bem como servidores da Secretaria Municipal de Educação, seria mais vantajoso à Prefeitura do que as despesas gastas com os afastamentos. Ademais, tomar medidas preventivas evitaria o adoecimento, que pode ser permanente, além – é claro – de garantir maior segurança do docente na sua prática e impedir constantes afastamentos.

Por outro lado, tendo como base os gastos com os afastamentos, talvez seria conveniente ao Município reverter esses valores e investir na melhoria salarial do quadro de professores, um problema, segundo os estudos apresentados anteriormente. É importante observar que, segundo Silva (2016), os baixos salários, que, por sua vez, leva o docente a aumentar sua carga de trabalho, têm-se destacado como um dos motivos de adoecimento da categoria. Assim, investimentos em material didático, inovações tecnológicas (lousa digital, data show, salas de informática, maior acesso à internet pelos alunos, etc.) e melhoria no ambiente escolar poderia auxiliar os docentes no aprimoramento e estratégias de ensino, facilitando mais sua prática cotidiana. É observado por diversos autores que a questão da baixa remuneração

tem exigido o trabalho do professor em dois cargos, havendo, nesse caso, um maior desgaste físico e mental e, de certo modo, um sentimento de desvalorização por parte desse profissional.

A tabela 7 apresenta os locais de ocorrência, números de atestados e dias de afastamentos de professores, no corrente ano de 2019, sendo caracterizados o número de atestados e dias de afastamentos ocorridos com servidores da Secretaria Municipal de Educação e separadamente o número de atestados e dias de afastamentos dos docentes nas escolas de Educação Básica do município de Patos de Minas/MG.

Tabela 7 - Locais de ocorrência, nº. de atestados e dias de afastamentos, em 2019

Local de ocorrências dos atestados	Atestados	Dias afastados
Secretaria Municipal de Educação	970	11.000
Prof. Educação Básica	442	3.001

Fonte: Elaboração do pesquisador (2019)

A tabela 7 nos permite observar que houve uma redução no número de dias de atestados e de afastamentos, tanto na Secretaria Municipal de Educação quanto no quadro de professores da Educação Básica, na rede municipal de Patos de Minas/MG. Não foi possível junto à Gerência de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho e Assistência ao Servidor, na Secretaria Municipal de Administração levantar a justificativa da redução desses números.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que a redução foi significativa, demonstrando que, por certo, foi feito algum trabalho junto aos órgãos destacados, porém não sendo possível o seu detalhamento em razão da falta de informações registradas, nesse sentido, na Secretaria Municipal de Administração.

O custo total dos afastamentos ocorridos na Secretaria Municipal de Educação e no quadro de docentes da Educação Básica, na rede municipal de Ensino de Patos de Minas/MG, em 2019, foi R\$ 529.610,00. Com base no valor levantado, pode-se observar que houve uma pequena redução nos gastos com o afastamento de servidores da Secretaria Municipal de Educação e de professores da Educação Básica. Contudo, vale destacar que, mesmo assim, o valor ainda é bem representativo e poderia servir como complemento ao orçamento financeiro do que foi investido na educação municipal, no ano de 2019.

É importante ressaltar que somado os custos dos afastamentos do ano de 2018 aos mesmos custos realizados em 2019 tem-se o total de R\$ 1.076.560,00. Sem levar em consideração o número de professores contratados e sabendo-se que o quadro efetivo é de 387

docentes, pode-se dizer que essa quantia representa muito se revestida em cursos de capacitação docente, melhorias na infraestrutura das escolas, mais salas de informática, aumento no material didático e maior assistência ao professor seria uma boa alternativa para reverter o quadro em que se encontra a situação de adoecimento e afastamento de docentes na rede municipal de ensino de Patos de Minas.

Ademais, tendo em vista os valores das despesas com os afastamentos de servidores da Secretaria Municipal de Educação e dos docentes, pode-se constatar que seriam suficientes para a criação de uma equipe multidisciplinar (técnico de segurança do trabalho, médico do trabalho e enfermeira do trabalho), com a finalidade de atuar na área de saúde e segurança ocupacional, tanto na Secretaria de Educação quanto nas escolas, integrando-se totalmente aos processos e métodos de trabalho, bem como buscando qualidade e melhoria das condições de vida dos servidores e docentes do Município. Por certo, com o tempo de atuação dessa equipe, seria então formada uma cultura prevencionista na área da educação municipal de Patos de Minas/MG.

Contudo, vale dizer que, com inovações das políticas educacionais diante do contexto capitalista vivido pelos docentes, investir em tecnologias, melhoria salarial e no aprimoramento de novas práticas na área da docência seriam uma estratégia que o Município poderia adotar para amenizar ou dizimar o número de adoecimento e afastamento de docentes das escolas na rede municipal de ensino. Com base em estudos já apresentados, é visto que, nas sociedades capitalistas, há maior exigência do trabalho voltado à produção, porém não existe uma preocupação voltada à valorização da mão-de-obra, mesmo sendo o professor uma peça fundamental para o desenvolvimento social do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teórico nos permitiu concluir que o capitalismo e as políticas educacionais advindas dele tem tornado o trabalho docente mais difícil e com enfrentamentos, como o acúmulo de trabalho e baixos salários. É fato que esses enfrentamentos têm ocasionado a desconstrução da profissionalidade e junto ela trazido, em muitos casos, o constante adoecimento de professores e, conseqüentemente, o afastamento da sua prática na sala de aula e prejuízos ao processo ensino-aprendizagem.

O desdobramento do capitalismo no contexto educacional tem trazido mudanças no trabalho docente. Por um lado, os docentes são vistos como profissionais importantes para promover mudanças e o desenvolvimento na educação, para que atenda ao mercado de trabalho; e, por outro lado, essas exigências tem promovido o desgaste da profissão como mola propulsora de mudança social do educando. Nesse viés, muito tem se visto o adoecimento dos docentes, por estresse, transtorno de ansiedade, depressão, transtornos do pânico, entre outras doenças.

No campo da pesquisa documental, observamos que o adoecimento e afastamento dos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino de Patos de Minas/MG, têm sido recorrentes, com destaque para o transtorno do pânico, transtorno de ansiedade, episódios de depressão sem sintomas psicóticos, mal-estar e a fadiga. Observamos que o Município, nos anos de 2018 e 2019, teve um gasto muito elevado com o problema, chegando ao total de aproximadamente R\$ 1.100.000,00, o que, por outro lado, poderia ser revestido em melhorias tanto na prática e capacitação docente quanto na remuneração de professores, a qual tem sido baixa e exigido que acumulem altas horas de trabalho. Além do prejuízo financeiro ao erário público, o problema ocasiona um prejuízo ainda maior aos alunos, que, em razão da substituição do docente titular, pode afetar a obtenção de bons resultados e o aprendizado.

Ainda no universo da pesquisa documental, é válido destacar que houve falhas em alguns aspectos que poderiam ter sido mais explorados, como, por exemplo, uma investigação junto aos professores afastados, para que pudessem declarar o fato causador desses adoecimentos e afastamentos. Mas, contudo, essa falha pode ser objeto de pesquisas futuras, aprimorando assim o reconhecimento por parte da gestão pública de que o problema existe e precisa de uma atenção maior, uma vez que a educação é um fator importante para o desenvolvimento do município.

Contudo, os objetivos foram alcançados, demonstrando que existe uma forte relação as condições de trabalho e o adoecimento dos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino de Patos de Minas/MG. Ficou demonstrado que a docência é acompanhada de pressões externas e internas, decorrentes da atual ordem capitalista e das transformações da sociedade. Com o crescimento constante do problema, conforme ficou demonstrado na pesquisa, estima-se que, se continuar da forma constatada na rede municipal de ensino de Patos de Minas, dentro de poucos anos, os professores estarão incluídos no grupo de trabalhadores que mais se afastam/se aposentam por doença ocupacional.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. Boitempo, São Paulo 2016.
- AMATUZZI, Mauro Martins. (2006). A subjetividade e sua pesquisa. Memorandum. Retirado em 12/12/2019. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a10/amatuzzi03.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- ALVES, Leandro Alves. **Uso prolongado da voz em professoras universitárias: uma questão de saúde do trabalhador**. [Tese]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo; 2011. 168f.
- BACCIN, Éclea Vanessa; SHIROMA, Eneida Oto. A intensificação e precarização do trabalho docente nos institutos federais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.18, n.39, p.129-150, set/dez. 2016.: Acesso em: mar. 2019.
- BARROS, Maria Elizabeth de; BRITO, Janaina Madeira. Prática de pesquisa e saúde docente: a narratividade como estratégia metodológica. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 6, n. 2, jul./dez. 2014, p. 38-46
- BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2019.
- BORGES, Livia de Oliveira; ARGOLO, João Carlos Tenório; BAKER, Maria Christina Santos. Os valores organizacionais e a Síndrome de Burnout: dois momentos em uma maternidade pública. **Psicologia, Reflexão e Crítica**. [online]. 2006, vol.19, n.1, pp.34-43. ISSN 0102-7972. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000100006>>. Acesso em: 22 out. 2018.
- BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global** – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde / Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/seguranca%20e%20saude%20no%20trabalho/Sausedotrabalhador.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. **Lista de doenças relacionadas ao trabalho**: Portaria n. 1.339/GM, de 18 de novembro de 1999. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_2ed_p1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Cadernos de Atenção Básica, n. 41 – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/cadernos_da_atecao_basica_41_saude_do_trabalhador.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Transtorno do Pânico**. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/3029-transtorno-do-panico>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRIDI, Maria Aparecida, RUY, Braga, SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. (2018) **Revista Brasileira de Sociologia**, 06(12), Jan-Abr. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/341/197>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

CAMPOS, Terezinha Aparecida. **O caleidoscópio do processo de saúde e doença na percepção de professores do ensino médio dos colégios públicos do município de Cascavel/PR**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, nível Mestrado, Área de Concentração em Sociedade, Estado e Educação. 2018. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3901/5/Terezinha_Campos2018.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CARTA DE OTTAWA. **Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde**: Ottawa, novembro de 1986. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 1.Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

COSTA, Cândida da. Morte por exaustão no trabalho. **Caderno C R H**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 105-120, Jan./Abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v30n79/0103-4979-ccrh-30-79-0105.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CREPALDI, Paola Guariso, AVILA, Renato Nogueira Perez. Medindo o estresse ocupacional do contador. **Revista Eletrônica**, v. 29, 2015 Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_34_1432157830.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. Estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira 5ª edição ampliada 12ª reimpressão. São Paulo: Cortez, Editora Oboré, 2004.

ENGUITA, Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

EUFRASIO, Karem Nacostielle; e FACAS, Emílio Peres. **Estratégias defensivas em gestores de uma empresa de contabilidade**. 2014. p. 32. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9784/1/2014_KaremNacostielleEufrazio.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

FAGIANI, Cílson César. **Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador para o século XXI?** 1ª ed. Uberlândia. Navegando. 2019

FAGIANI, Cílson César. PREVITALI, Fabiane Santana. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, nº 4, artigo 1, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2014.

FERREIRA, Alcir Rodrigues. **Prazer e sofrimento no trabalho de empregados de escritórios de contabilidade em Belo Horizonte/MG**, 2011, 103p. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado Profissional em Administração. Fundação Pedro Leopoldo, agosto/2011. p. 98 a 103. Disponível em: <http://www.fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2011/dissertacao_alcir_rodrigues_ferreira_2011.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos. **Avaliação Educacional: Uma BNCC à procura do magistério.** Blog do Freitas. UNICAMP. Campinas, SP. 2018.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Gênero e saúde da mulher: uma releitura do processo saúde doença das mulheres. In: Rosa Áurea Quintella Fernandes; Nádia Zanon Narchi. (Org.). **Enfermagem e saúde da mulher**. 1. ed. Santana do Parnaíba: Manole, 2007, p. 30-61.

FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.1, n.2, mai. - ago. 2015, p.32- 47. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24115/S2446-622020151219p.32-47>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

GIONGO, Carmem; MONTEIRO, Janine; SOBROSA, Gênesis. Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: Revisão Sistemática da Literatura. **Temas em Psicologia**, vol. 23, n 4 Ribeirão Preto. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 20º ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

IRIGARAY, Hélio Arthur R., Oliveira, Lucia B., Barbosa, Elaine. S. T., & Morin, Estelle. M. (2019). Vínculos profissionais e sentido do trabalho: uma pesquisa com professores do ensino superior. **Revista de Administração Mackenzie**, 20 (1). doi:10.1590/1678-6971/eRAMG190070. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/d2deb7e8c814c69b803e4735bb163bc4/1?pqorigsite=gscholar&cbl=716404>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

KUENZER, Acacia Z. “As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão”. In: FERREIRA, Naura S.C. Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998, pp. 33-58

LAWN, Martin. **Os professores e a fabricação de identidades. Currículo sem Fronteiras**, 1(2):117-130, jul./dez. 2001. Disponível em:
<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/lawn.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Liziane. **Abordagens da saúde em livros didáticos de biologia: análise crítica e proposta de mudança**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, da Universidade Federal da Bahia. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/22536/1/Tese_Liziane%20Martins.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MARTINS, Maria de Fátima Duarte; Araújo, Tania Maria; Vieira, Jarbas Santos. Trabalho docente e saúde das professoras da educação infantil. **Revista do Centro de UFSM**. Educação. Santa Maria, v.44, p. 1-22, 2019. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/28563>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. **Livro 1**. 2ª Ed. Editora Boitempo, 2011.

MENDES, A. R. **Saúde docente: uma realidade detectada - em direção ao bem-estar e a realização profissional**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2011. 117 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em:
<http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

NOVA ESCOLA. **66% dos professores já precisam se afastar por problemas de saúde**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo de; MOURA, Tathyana Fernandes de; BARBOSA, Josilene da Silva e; SAVI, Érika Monteiro de Souza e. Um estudo sobre o estresse na atividade profissional do contador de escritórios de contabilidade do município de Ituiutaba/MG. **RMC, Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 1, art. 5, p. 50-59, jan./abril 2015 Disponível em:
<<http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=61>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, 27(53):43-59, set./dez. 2018. Disponível

em:<<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/5660/3606>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

OLIVEIRA, Scheilla Guimarães de. **Profissionalização docente: elementos e contribuições para a compreensão do status “profissional” no magistério da educação básica.** 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação), UNIVÁS, Pouso Alegre: 2017.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **BRASIL. Saúde Universal: para todas e todos, em todos os lugares.** 7 abr. 2019. Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5896:dia-mundial-da-saude-2019-7-de-abril-saude-universal-para-todas-e-todos-em-todos-os-lugares&Itemid=0>. Acesso em: 26 mai. 2019.

PAULA JÚNIOR, Francisco Vicente de. Profissionalidade, profissionalização, Profissionalismo e formação docente. **Scientia.** Ano 1, Edição 01, p. 01 - 191, Jun./Nov. 2012. Disponível em:

<http://www.faculdade.flucianofejiao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/outros_artigos/Rvista_area_AFIM_01.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

PAULA, Jéssica Moreira de; MORAES, Aline Fábila Guerra de. **Prazer e Sofrimento no Trabalho: Estudo com Terceirizados em um Prédio Comercial em Belo Horizonte (MG).** IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2016. Disponível em:

<<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/79/71>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

PENTEADO, Regina Zanella; Souza Neto, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e sociedade.** 28 (1):135-153, Jan-Mar., 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.org/article/sausoc/2019.v28n1/135-153/pt/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

PETTERSSON, Daniel; MOLSTAD, Christina E. Professores do Pisa: a esperança e a realização da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, 37(136):629-645, jul./set. 2016. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302016000300629&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 jul. 2019.

PIOLLI, Evaldo; HELOANI, José Roberto Montes; PIOLLI, Gisiley; PAULIM, Zucco. **A participação do setor empresarial nas políticas educacionais no estado de São Paulo (Brasil) e suas implicações no trabalho docente.** XI SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO – ISSN 2219-6854. Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización, 2016. Disponível em:

<http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo2/87.pdf > Acesso em: 07 ago. 2019.

_____; SILVA, Eduardo Pinto E; HELOANI, José Roberto M. Plano Nacional de Educação, Autonomia Controlada e Adoecimento do Professor. **Caderno. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, set.-dez., 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622015000300589 >

Acesso em: 07 jul. 2019.

_____; FRANCISCO, Iraci José. **Gerencialismo e responsabilização docente no sistema público estadual de ensino de São Paulo.** Redestrado Brasil, 2017. 16p. Disponível em:

<http://anaisbr2017.redeestrado.org/files/abstracts/000/000/384/original/PIOLLI__E_e_FRANCISCO__I_J_REDESTRADO_BRASIL_2017.pdf> Acesso em: 07 jul. 2019.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Conceitos de doenças**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/conceitos-de-doenca/44118>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Secretaria Municipal de Administração. Gerência de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho e Assistência ao Servidor. **Painéis criados com base nos atestados médicos entregues à GESAT – Medicina do Trabalho**. Criado por Ronne Leandro. Técnico em Segurança do Trabalho, 2018. p.1-6 Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDM2MmU2OTktZjE5Ny00YTEwLThhNGItYTQ5ODYzOWM4NjUxIiwidCI6ImY3MDczYzYwLTQwOTQtNGUzZC05YzMwLWY3YTVmNmIwM2IwZiJ9>>. Acesso em: 30 novembro de 2019.

PREVITALI, Fabiane Santana. FAGIANI, Cílson César. LUCENA, Carlos. LIMA, Antonio Bosco. **Desafios do trabalho e educação no século XXI: 100 anos da Revolução Russa**. 1ª ed. Uberlândia. Navegando. 2019.

RAIMANN, Elizabeth Gottschalg. **A profissionalização docente e seus desafios**. EDUCERE. XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. FORMAÇÃO DE PROFESSORES, COMPLEXIDADE E TRABALHO DOCENTE. V SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFSSIONALIZAÇÃO DOCENTE – SPO. ISSN 2176-1396. p. 13888 -13907. Cátedra UNESCO. PUCPR 26 A 29/10/2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22668_10962.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos, Léda, Denise Bessa, Silva, Eduardo Pinto, Freitas, Lêda Gonçalves de. (2016). Trabalho intensificado de professores da educação básica e superior: confluências e especificidades. **Trabalho em Cena**, jan/jun. vol. 01, n. 1, 50 - 68. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/download/2398/9072/>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

RIBEIRO, José Soares. **Qualidade de Vida dos Contabilistas de Campo Grande, MS**. 2007. p. 95. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7981-qualidade-de-vida-dos-contabilistas-de-campo-grande-ms.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

ROSA, Mariza Andrade Macedo. Fordismo, Pós-Fordismo e Educação. **Revista de Políticas Públicas**, v.1, n.1, 1-29p., 2015. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3712/1737>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

SALGADO, Camila Cristina Rodrigues; AIRES, Renan Felinto de Farias; SANTOS, Fernanda Julyanna Silva dos. Dialética do “prazer e sofrimento”: a relação de mestrandos e doutorandos com seu trabalho acadêmico. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. v. 16, n. 2, mai./ago. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/33167>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

SANTOS, Josiane Cristina dos. **A (contra) reforma da educação pública em Minas Gerais: O programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica em análise.** Dissertação mestrado, 2010, 172 p. Universidade Federal de Juiz de Fora.

SANTOS, Élem Guimarães; SIQUEIRA, Marluce Miguel. **Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v59n3/a11v59n3.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SCHERER, Renata Porcher. A degenerificação do trabalho nas novas configurações do capitalismo: implicações para pensar o trabalho docente. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 2, p. 520-532, maio/ago. 2019. ISSN 1982-7199 |DOI: Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3112>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da; Damaceno, Ana Daniella; Martins, Maria da Conceição Rodrigues; Sobral, Karine Martins e Farias, Isabel Maria Sabino de. **Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente.** IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. 26 a 29 de outubro de 2009 – PUCPR. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf>. Acesso: 03 jun. 2019.

SILVA, Moura Juliana da. (Et al.) **A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal.** Uberaba-MG, v.19, n.40, p.01-17, jan/abr. 2019, ISSN 1519-0919 Disponível em:<DOI: <http://dx.doi.org/10.31496/rpd.v19i40.1242>>. Acesso em: 20 out. 2019.

SOLDATELLI, Rosangela **O processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental de Florianópolis e suas possibilidades de resistência a esse processo [dissertação]** / Rosangela Soldatelli; orientadora, Nise Maria Tavares Jinkings. - Florianópolis, SC, 2011. 220 p.: grafs., tabs. Disponível em: Acesso em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95398/300907.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SOUZA, Diego de Oliveira; MELO, Ana Inês Simões Cardoso de; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. Saúde do (s) trabalhador (es): do ‘campo’ à ‘questão’ ou do sujeito sanitário ao sujeito revolucionário. **Saúde Debate**, Rio De Janeiro, v. 41, N. 113, P. 591-604, ABR-JUN 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2017.v41n113/591-604/pt>>. Acesso em: 16 out. 2019.

SOUZA, Wladimir Ferreira. Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho: o que a psicologia tem a dizer e a contribuir para a saúde de quem trabalha? **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 25, n 1, Rio de Janeiro, jan/abr. 2013.

VALLADÃO, Mauricio. **Entrevista.** 2018. Disponível em: <<https://sagresonline.com.br/noticias/educacao-e-tecnologia/83280-numero-de-professores-afastados-por-stress-aumentou-38-nos-ultimos-tres-anos-alerta-pesquisador>>. Acesso em 21/11/2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3647/2/Maur%C3%ADcio%20Ben%C3%A9cio%20Valad%C3%A3o.pdf>

APÊNDICE

ILMO. SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS/MG

Senhor Secretário,

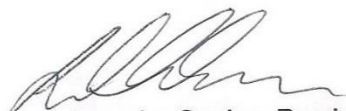
Eu, LEANDRO QUEIROZ PEREIRA, mestrando em Educação, pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, venho solicitar a Vossa Senhoria que me sejam fornecidas as informações contidas no banco de dados, da Gerência de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho e Assistência ao Servidor, por meio do software de acompanhamento dos adoecimentos e afastamentos de servidores da Prefeitura Municipal.


Solicito também autorização para utilizar os dados referentes aos professores da educação básica, para fins de pesquisa documental realizada como parte da Dissertação de Mestrado em Educação, intitulada: "Adoecimento e Afastamentos de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, em Patos de Minas/MG: 2018 a 2019".

Neste termo, peço e espero deferimento

Atenciosamente,

Patos de Minas/MG, 17 de fevereiro de 2020.


Leandro Queiroz Pereira


AUTORIZADO
CONFORME
PROPOSTA.
07/02/2020
Milton Romero da Rocha Sousa
Secretário Municipal de Administração
Mat. 29.353